

# Acção **Socialista**











Nº 1200 - 2 Julho 2003

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva  
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



## QUINZE MESES DE PROMESSAS POR CUMPRIR

Quinze meses após a tomada de posse do Governo, o estado da nação pode caracterizar-se pela agudização da crise económica e social. Os grandes projectos que a União Europeia considera prioritários são metidos na gaveta e sucedem-se os cortes orçamentais em serviços essenciais para a satisfação das necessidades das populações, tudo em nome da obsessão do défice e do emagrecimento do Estado. Em Bragança, numa reunião descentralizada do Secretariado Nacional, Ferro Rodrigues considerou o distrito exemplo do embuste das promessas por cumprir e lamentou o fim das políticas justas de crescimento e coesão social dos governos do PS.

-  **Agravamento da crise económica**
-  **Escalada do desemprego**
-  **Quebra nas receitas fiscais**
-  **Travagem dos projectos estruturantes**
-  **Caos no ambiente, ciência e cultura**
-  **Agudização dos problemas da imigração**
-  **Desmotivação das forças de segurança**
-  **Redução dos direitos dos trabalhadores**
-  **Retrocesso no combate à toxicodependência**
-  **Mais listas de espera na saúde**

### SECRETARIADO NACIONAL

Bragança é exemplo do embuste das promessas não cumpridas **3**

### FEDERAÇÕES

Estruturas pronunciam-se sobre o estado dos distritos **4**

### FERRO COM EMPRESÁRIOS

Mudança na política fiscal e de investimento é exigência nacional **7**

### EUROPA

Reforma da PAC é desastrosa para Portugal **15**

### ENTREVISTA

António Costa: "O PS foi quem mais iniciativas legislativas apresentou" **9**

# INSÍDIA, CEGUEIRA, MANIPULAÇÃO: EIS A DIREITA

1. Pode parecer um episódio lateral, mas não é. É um caso bem revelador da maneira de proceder e da falta de ética de alguns sectores da direita portuguesa que, para nosso mal, detêm hoje posições importantes no Governo. Refiro-me ao processo de afastamento da dra. Maria Barroso da Presidência da Cruz Vermelha Portuguesa. A Cruz Vermelha é uma instituição pública centenária, cujas finalidades de benemerência e protecção são inequívocas. Está há muitos anos colocada sob tutela do Ministério da Defesa, facto que sucessivos governos democráticos interpretaram pacificamente como uma relação formal, que não traduzia nenhuma ingerência abusiva do poder político sobre uma instituição cuja natureza social e enraizamento na sociedade civil a todos era evidente. A Cruz Vermelha regia-se por regulamentos próprios, realizava livremente as suas actividades, era dirigida por personalidades respeitadas. Os executivos conheciam as suas actividades, apoiavam-na na medida do possível, respeitavam a sua autonomia.

Até que chegou Paulo Portas, personagem treinada nas artes mais vis da dissimulação, incapaz de respeitar pessoas e de distinguir entre o bem comum e os apetites do seu próprio grupo. A esta personagem deu o resultado das últimas eleições, que forçou a coligação da direita, um poder desproporcionado. Paulo Portas decidiu interferir na Cruz Vermelha, com o propósito de impedir a recondução da sua presidente. Podia fazê-lo, mesmo assim, com um mínimo de decência, comunicando-lhe cara a cara o seu propósito e assumindo a inerente responsabilidade. Mas isso seria atentar contra a sua natureza...

Portas prefere agir por portas travessas e caminhos invios, prefere conspirar, agredir. Foi assim que forçou a demissão do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, foi assim que escolheu intervir na Cruz Vermelha: intrometeu-se nas eleições internas, patrocinou indirectamente candidaturas, jogou com pareceres contraditórios e acabou por mandar o secretário de Estado dirigir, de surpresa, uma reunião da instituição. Como disse o dr. Miguel Veiga, um dos fundadores do PSD e vice-presidente cessante, ofendeu os princípios básicos da conduta institucional e pessoal.

Pois fique, aqui, registado e assinado: pode o dr. Portas continuar a contar com a cumplicidade irresponsável de Durão Barroso e a minar as regras de funcionamento próprias da gente civilizada, que uma coisa nunca conseguirá: chegar ao estatuto moral e cívico de Maria Barroso!

2. Entretanto, outro dos provisórios campeões da nova direita autoritária, o presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, decide interferir numa área que abomina. À frente da Casa da Música, que é apenas o projecto e o equipamento de maior fôlego, em muitos anos, na cena cultural portuguesa, colocou uma personalidade da sua confiança política, o dr. Rui Amaral. Pessoa certamente estimável, mas que de música pouco percebia, achando que o projecto era mais uma casa de espectáculos a ser gerida por uma empresa maioritariamente privada... O administrador com o pelouro da programação e co-autor do projecto da Casa da

Música desde o seu início – o pianista Pedro Burmester – teve, legitimamente, de exprimir publicamente a sua preocupação pelo rumo que as coisas tomavam e pela indefinição institucional e falta de orientações do Estado e da Câmara, a um ano da abertura do equipamento. Que fez Rio? Exigiu publicamente a demissão de Burmester, acabando por provocar, com isso, a demissão de Rui Amaral... Mas, mais grave, precipitou a Casa numa crise de que não dá sinal de sair, porque o Governo persiste em recusar tomar a única medida sensata – que é garantir a continuidade de quem concebeu o projecto e tem competência para concretizá-lo, isto é, Burmester.

O que mostra isto? Pois mostra a profunda cegueira de parte da direita. Cegueira face à cultura, cegueira face ao exercício do direito à opinião. O total vazio de ideias substituído pela perseguição pessoal.

3. Entretanto, a célula que melhor funciona (há que reconhecê-lo) no Governo, que é a célula de propaganda, montou uma encenação grandiosa, a pretexto da reforma da administração pública.

A coisa começou pitorescamente. Centenas e centenas de altos funcionários foram arregimentados para Lisboa, a fim de ouvir Durão Barroso-o-Estadista falar de produtividade. Deve ter sido, seguramente, um dos dias menos produtivos de sempre da administração pública portuguesa...

O discurso do primeiro-ministro foi um enunciado de princípios gerais. A maior parte, bons princípios, aliás contidos no programa eleitoral do PS: avaliação, promoção do mérito, flexibilidade, serviço do cidadão. Falta, de qualquer modo, perceber as formas e prazos da sua concretização, assim como (ponto essencial) o método, que haveria de implicar, para ser aceitável, a implicação dos trabalhadores e das suas organizações representativas. Como logo disse o secretário-geral do PS, a reforma da administração pública pode e deve ser uma questão de regime, onde se estabeleça um pacto social e político alargado.

Mas, para isso ser possível, é preciso deixar já a propaganda, a manipulação mediática, as encenações à americana, e apresentar e discutir seriamente as propostas concretas. Conseguirá a direita fazê-lo? É o que veremos.

Há, contudo, dois ou três sinais preocupantes. O primeiro é a sugestão, pouco menos que explícita, de regressar à nomeação dos dirigentes intermédios, acabando com os concursos. O segundo é a defesa ideológica, profundamente reacçãoária, da redução do Estado à função de regulação, mesmo nas áreas sociais. O terceiro é o não menos reacçãoário preconceito contra a administração, endeuando as entidades privadas e querendo colocar nas mãos das entidades privadas as decisões fundamentais de avaliação e orientação dos serviços públicos.

A pergunta é, pois, elementar: saberá o Governo abandonar a lógica da propaganda na reforma da administração pública? Ou, também aqui, a propaganda serve para tentar esconder os ataques insidiosos contra a autonomia profissional da administração e a cegueira neoliberal contra o Estado e o serviço público?



AUGUSTO SANTOS SILVA

*Augusto Santos Silva*

*Centenas e centenas de altos funcionários foram arregimentados para Lisboa, a fim de ouvir Durão Barroso-o-Estadista falar de produtividade. Deve ter sido, seguramente, um dos dias menos produtivos de sempre da administração pública portuguesa...*

## O ESTADO DA NAÇÃO

ANTOONIO COLAÇO



## SECRETARIADO NACIONAL DESCENTRALIZADO

## BRAGANÇA É EXEMPLO DO EMBUSTE DAS PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS

*Ferro Rodrigues fez um balanço muito negativo da actuação do Governo para o distrito de Bragança, classificando de "monumental embuste" e "exemplo de como não se deve fazer política" as promessas não cumpridas de Durão Barroso nas últimas legislativas em relação ao País e à região. Por isso, o PSD e o CDS "devem ser penalizados nas próximas eleições", defendeu o líder dos socialistas, que se manifestou ainda preocupado com o "agudizar" da crise económica e social" e a inexistência de políticas de discriminação positiva para as regiões do interior como Bragança.*

Num almoço-conívio com centenas de militantes e simpatizantes em Freixo de Espada à Cinta que encerrou mais um Secretariado Nacional do PS, realizado este fim-de-semana no distrito de Bragança, Ferro Rodrigues salientou o clima de união do PS, disse que o partido são as bases e manifestou o seu "orgulho" pelo "trabalho desenvolvido no distrito pelos camaradas da Federação em circunstâncias difíceis".

Numa intervenção em que condenou a "lamentável" postura do PSD e de Durão Barroso que em Bragança e Vila Real "prometeram tudo a todos e faltaram aos compromissos", o secretário-geral disse que os transmontanos podem contar com o PS para "melhorar as condições de vida nas regiões do interior, nomeadamente através da construção de mais acessibilidades e apoio à fixação de empresas".

Por sua vez, Mota Andrade, presidente da Federação de Bragança, agradeceu

a "visibilidade que a reunião do Secretariado Nacional e de contacto com as realidades locais deu a Trás-os-Montes, uma região esquecida pelo actual Governo", acusando Durão e Portas de terem "mentido" aos transmontanos.

Face à actual recessão que afecta o País e ao ostracismo a que o Governo tem condenado o distrito, Mota Andrade concluiu ser necessário que o PS volte não só a dirigir os destinos da nação como também a maioria das autarquias, nomeadamente a "Câmara de Freixo-de-Espada à Cinta que apenas tem como preocupação arranjar colocação para os amigos".

Já no plenário distrital de militantes, realizado no auditório Paulo Quintela, em Bragança, a primeira iniciativa desta visita de trabalho em que a direcção do PS se reuniu com as estruturas locais e distritais e contactou com a população, Mota Andrade tinha feito um diagnóstico muito crítico do estado do distrito e lembrado "as mentiras" de Durão Barroso na última



campanha eleitoral.

"Com este Governo, Bragança não terá melhor presente, nem melhor futuro, disse, salientando ser necessário que o PS volte ao poder para que "haja de novo um surto de investimento no distrito", lembrando o impacto que o IP4 teve no desenvolvimento desta região.

Perante largas dezenas de militantes que enchiam o auditório, Ferro Rodrigues considerou que "o debate sobre o estado da nação não deve ser travado apenas na Assembleia da República", salientando ser muito "útil" esta deslocação a Bragança para tomar contacto com a realidade de um distrito onde a crise económica e social do País se sente com particular "acuidade".

#### Governo passa da ambição ao conformismo

Neste plenário, que contou com uma forte participação dos militantes sobre a

realidade do distrito, marcada pelo aumento da desertificação, Ferro Rodrigues deixou fortes críticas ao Governo que desistiu da "ambição" que vivia em tempo de campanha "onde todas as promessas foram feitas" e passou a "um conformismo desgraçado", salientando, a propósito, que o "país não pode ficar dependente da retoma da economia europeia" como preconiza a ministra das Finanças.

É que, explicou, "Portugal continua a ser apoiado com fundos estruturais", não se justificando "que estejamos em crise mais profunda que os países da União Europeia, com os quais queremos convergir nos níveis de desenvolvimento".

O "fim das políticas justas de crescimento e coesão social dos governos socialistas", foi também criticado por Ferro Rodrigues, que lamentou ainda que o Governo tenha como "preocupação central" da sua acção o

"défice público", respondendo a esta questão "de forma contabilística e não económica".

Como resultado desta política que coloca o acento tónico no problema das finanças públicas, acusou, "Portugal só convergiu com a União no desemprego", havendo ainda "uma preocupante regressão noutros indicadores sociais".

Por entre fortes aplausos, Ferro Rodrigues deixou ainda uma mensagem de força e determinação aos militantes, sublinhando que está empenhado na "defesa da unidade do PS, grande partido de alternativa e de esperança para os portugueses, que não pode ser permeável a nenhum ataque".

#### Partido unido e coeso

No âmbito do programa de reuniões e contactos com as estruturas locais do PS em que foi patente o clima de unidade e grande afectividade dos militantes em torno da liderança de Ferro Rodrigues, o secretário-geral e os restantes membros do Secretariado visitaram ainda a Secção do PS/Mogadouro, onde realçaram o trabalho desenvolvido por esta estrutura.

Visando conhecer de uma forma mais aprofundada a realidade local, o Secretariado Nacional do PS teve ainda a oportunidade de visitar a Feira de S. Pedro em Macedo de Cavaleiros, a Fábrica Sousa Camp (uma unidade agro-agrária de produção de cogumelos), a Adegas Cooperativas de Vila Flor, a Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta. Desta que ainda para um almoço de trabalho em Vila Flor com as associações comerciais e industriais do distrito, que deram conta do seu descontentamento ao constatarem que as promessas feitas por Durão Barroso na última campanha não foram concretizadas, confrontando-se agora com a falta de incentivos para desenvolverem as suas actividades.

J. C. CASTELO BRANCO

## VIEIRA DA SILVA DEFENDE DISCRIMINAÇÃO POSITIVA PARA O INTERIOR

O PS está preocupado com o agravamento da crise económica e social, bem como com a inexistência de medidas governamentais em regiões do interior como Bragança, afirmou o porta-voz dos socialistas, Vieira da Silva, que falava aos jornalistas no final de uma reunião do Secretariado Nacional com o Secretariado da Federação de Bragança.

Segundo explicou, esta visita de trabalho da direcção do PS a Bragança que teve como pano de fundo a preparação do debate parlamentar sobre o Estado da Nação, visou ainda reflectir sobre o estado do distrito.

Vieira da Silva defendeu ser necessário dar "um novo impulso" no investimento público, nomeadamente nas acessibilidades, bem como o retomar das medidas de apoio às pequenas e microempresas no distrito.



Bragança, disse, tem "factores de riqueza", por isso "é preciso que haja um esforço no sentido de diferenciar positivamente quem aqui investe e trabalha".

Para o PS, adiantou, "seria inaceitável que no próximo ano os investimentos lançados pelos governos socialistas fossem postos em causa".

Por sua vez, o presidente da Federação de Bragança, Mota Andrade, relembrou que "os dirigentes nacionais e regionais do PSD e do CDS tudo a todos prometeram e todas as promessas deixaram cair", acrescentando que no topo do que classificou como "um embuste" esteve o então candidato a primeiro-ministro, Durão Barroso, e enumerou uma série de promessas feitas.

"Prometeu a criação da universidade de Bragança, que deixou cair, anunciou que Bragança precisa de mais serviços públicos e passados 14 de meses de Governo, não só não criaram um único como encerraram vários, nomeadamente, os serviços consulares, a direcção regional dos CTT, o centro da área educativa (CAE) e os serviços regionais da RTP", disse.

O líder da Federação referiu-se ainda

aos investimentos públicos, nomeadamente às verbas do plano da Administração Central, o PIDDAC.

"Prometeu um aumento do PIDDAC e o que assistimos em 2003 foi a um corte significativo das verbas, não se conhecendo uma única obra nova, nomeadamente no que refere ao problema tão grave das acessibilidades", afirmou.

Mota Andrade acusou o Executivo de direita de "inclusive ter abandonado obras lançadas a concurso pelo Governo socialista que estavam prontas a ser executadas, nomeadamente o acesso do IP2 a Torre de Moncorvo". O líder distrital dos socialistas lembrou ainda que Durão Barroso defendeu, enquanto candidato a primeiro-ministro, a duplicação do IP4 de Amarante até Bragança e considerou "muito mau" que o Governo tenha agora anunciado esta

medida apenas para parte do itinerário, entre Amarante e Vila Real, e só em 2010.

Para os socialistas, esta medida vai "isolar o distrito de Bragança". As críticas ao Governo PSD/CDS foram também dirigidas ao "corte superior a 50 por cento nos orçamentos das áreas protegidas, que assumem particular importância nesta região, e o não lançamento de qualquer tipo de incentivo para que as pequenas e médias empresas possam crescer e desenvolver-se".

O porta-voz do PS, Vieira da Silva, garantiu no final da conferência de imprensa que estas questões serão tidas em atenção pelo PS durante o debate sobre o estado da nação, marcado para quinta-feira na Assembleia da República.

J.C.C.B.

## ESTADO DOS DISTRITOS

# FEDERAÇÕES FAZEM BALANÇO NEGATIVO DE QUINZE MESES DE GOVERNAÇÃO DA DIREITA

No âmbito da preparação do debate do Estado da Nação, as federações distritais do Partido Socialista realizaram de 29 de Junho a 1 de Julho iniciativas tendo em vista uma apreciação distrital das políticas governamentais.

A Federação Distrital de Bragança fez um diagnóstico muito crítico da actual situação no distrito, nomeadamente em relação à ausência de uma política de discriminação positiva.

Sobre as promessas feitas pelo Governo para a região de Bragança, o presidente da federação, Mota Andrade, lembrou que foi "prometida a criação da universidade, que deixou cair, anunciou que Bragança precisava de mais serviços públicos e passados 14 meses de governação, não só não criaram um único como encerraram vários,

nomeadamente os serviços consulares, a direcção regional dos CTT, o centro regional da área educativa e os serviços regionais da RTP".

Mota Andrade referiu ainda que o Governo prometeu um aumento do PIDDAC para 2003 o que não aconteceu, tendo-se, ao contrário, verificado um "corte significativo das verbas, não se conhecendo uma única obra nova, chegando mesmo a abandonar obras lançadas a concurso pelo anterior Governo socialista que estavam prontas a ser executadas".

O corte nos orçamentos das áreas protegidas em mais de 50 por cento e a falta de incentivos para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas também mereceram as críticas da federação.

Para o PS/Vila Real, o actual Governo "fez mais mal ao distrito num ano que todos os restantes governos do Portugal Democrático".

Os socialistas vila-realenses chamam a atenção para a extinção de vários organismos públicos no distrito e o "abandono" de intervenções ao nível das infra-estruturas rodoviárias.

O presidente da Federação Distrital, camarada Ascenso Simões, denuncia "o ataque iniciado às autarquias, pela parte do Governo, impedindo-as de conseguirem os recursos financeiros para poderem realizar todos os investimentos apoiados pelos fundos da União Europeia ou para construir habitação social".

Já os socialistas de Coimbra responsabilizaram Durão Barroso e Paulo Portas pela não divulgação das estatísticas de criminalidade no distrito, que segundo o presidente da Federação Distrital, Vítor Batista, registou um aumento exponencial.

O desemprego foi outro assunto focado pelo PS/Coimbra, que lembrou que "em termos percentuais este distrito lidera a região centro com 26,5 por cento de desempregados, números que traduzem uma falta de política, nomeadamente total ausência de investimento público e privado".

Vítor Batista criticou igualmente a política das obras públicas do actual Governo, frisando que este se "limita a continuar as obras lançadas pelo Governo anterior", acrescentando ainda que "de todas as que tivemos conhecimento nem uma única se iniciou".

Os socialistas conimbricenses lamentaram ainda a "perda" de institutos como o ICCER e o IAPMEI.

Por sua vez, o presidente da Federação Distrital de Braga, Joaquim Barreto, acusou o Executivo laranja de "não estar a executar as obras inscritas no PIDDAC para este ano", frisando que "o desinvestimento no distrito ronda os 300 milhões de euros, provocando o aumento do desemprego".

Os socialistas de Braga lembraram ainda que em Guimarães "é a autarquia que

tem investido" e que as obras que estão a ser inauguradas foram lançadas pelos governos socialistas.

O deputado e presidente da Federação do PS/Leiria, Miguel Medeiros, "arrasou" a acção do Governo no distrito, que acusou de paralisar a maioria dos investimentos lançados pelo anterior Executivo.

Para os socialistas leirienses, o cenário traçado "é tanto mais grave e confrangedor quanto põe em evidência a falta de força e influência dos dirigentes distritais locais dos partidos da coligação". O adiamento da resolução dos problemas ambientais "quer no que toca ao rio Lis, quer à Lagoa de Obidos e S.Martinho do Porto", bem como os atrasos nas obras de construção nas infra-estruturas rodoviárias do distrito e ainda o adiamento das obras nos portos de Peniche e da Nazaré também mereceram as críticas da Federação de Leiria.

Em conferência de Imprensa, o presidente da Federação Distrital de Santarém, Paulo Fonseca, e o deputado Capoulas Santos criticaram a política agrícola do Governo numa região que é responsável por cerca de 30 por cento da produção agrícola nacional.

O PS/Santarém chama ainda a atenção para o facto de não haver pela parte do Governo uma política integrada para o regime de apoios e incentivos aos jovens agricultores, "essenciais à renovação do tecido empresariais e à fixação no espaço rural".

Paulo Fonseca "defendeu medidas de acompanhamento, por parte do Ministério do Ambiente, que acompanhem as restrições aos agricultores na utilização dos solos para fins agrícolas em zonas vulneráveis, nomeadamente em relação ao funcionamento das ETAR's em alguns concelhos".

A Federação Distrital de Portalegre emitiu um comunicado a manifestar "o seu protesto e lamento pelos decepcionantes" resultados para Portugal da reforma da PAC.

Para os socialistas do Alto Alentejo, esta

reforma representa "graves" consequências económicas e sociais para a agricultura competitiva, ao mesmo tempo que traz reflexos negativos no desenvolvimento rural do norte alentejano.

No distrito da Guarda, a actuação do Governo também merece as críticas da Federação socialista, quer em relação às promessas feitas durante a campanha eleitoral, quer em relação aos investimentos.

O presidente da Federação, Fernando Cabral, denuncia um conjunto de infra-estruturas rodoviárias que estavam planeadas pelo Governo socialista e que foram abandonadas pelo actual Executivo.

A perda de serviços administrativos foi significativa, o apoio ao investimento privado diminuiu, verificando-se ao mesmo tempo "que se contratam assessores para serviços que nunca os possuíram".

"Passado um ano o distrito da Guarda está pior do que estava", concluem os responsáveis do PS.

O PS Algarve dá "nota negativa" ao Governo, denunciando o agravamento nas intenções de investimento público e privado, o aumento do desemprego, a deterioração do nível de confiança das famílias, a degradação dos serviços públicos e a falta de investimentos na educação.

"A estratégia de luta contra a droga está simplesmente liquidada, o plano director regional de saúde não foi adjudicado, nem tem solução à vista, o programa Polis está parado, a candidatura ao fundo de coesão para o sistema multimunicipal de tratamento de águas residuais, está estagnado". Estas são algumas questões que no entender do PS/Algarve já deveriam estar resolvidas.

Os socialistas algarvios recordam ainda que o Executivo centralizou e encerrou serviços "fundamentais" para a região, apontando como exemplos o serviço regional da RTP, a redução da capacidade de cobertura da Agência Lusa e o tempo de antena do Algarve na RDP.

## INDEPENDENTES COLABORAM NO PROGRAMA SOCIALISTA PARA OS AÇORES

O PS/Açores vai contar com a participação de "várias centenas de cidadãos sem filiação partidária" no processo de elaboração das bases gerais do programa com que vai concorrer às eleições regionais de 2004.

Em conferência de Imprensa em Angra do Heroísmo, Vasco Cordeiro, vice-presidente do PS-Açores, justificou a abertura do partido com os "resultados práticos na acção governativa" e que na sua opinião foram obtidos através da participação de independentes na elaboração do programa de governo para o actual mandato.

Por isso, acrescentou, importa "solidificar o projecto prosseguindo a auscultação dos anseios das populações para encontrar as melhores soluções".

Vasco Cordeiro acusou o PSD de "colocar em causa os interesses da região", afirmando que aquele partido "está desorientado e com falta de sentido autonómico, enganou os açorianos e pretendeu apenas prestar um favor ao PSD nacional".

Segundo Vasco Cordeiro, o PSD-Açores "possui uma vontade de desprestigiar a autonomia e os seus órgãos de governo próprio quando algumas autarquias excluem, premeditadamente, de cerimónias públicas membros do Governo Regional e convidam membros do Governo da República".

O Congresso Regional vai decorrer entre 17 e 19 de Outubro e debate, entre outras questões, as Moções Globais, de Estratégia e as Bases Gerais do próximo programa de governo.

### Caro (a) Militante,

Caso exista mais de um Militante na sua residência, por favor avise-nos. Assim, só enviaremos o número de exemplares do 'Acção Socialista' que os militantes considerarem necessário.

Se estiver de acordo, por favor preencha, recorte e envie este cupão para a Sede Nacional do PS.

Desde já, o nosso muito obrigado.

### À Direcção do Acção Socialista:

Desejamos receber apenas  exemplar(es) do "Acção Socialista" na nossa residência, deixando de receber os exemplares que até agora eram enviados para os militantes abaixo-assinados:

Nome: \_\_\_\_\_ Militante nº: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Militante nº: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Militante nº: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Militante nº: \_\_\_\_\_



Acção  
**Socialista**

## ESTADO DA NAÇÃO

# PS CONTRA CORTES ORÇAMENTAIS EM SECTORES VITAIS

*Em vésperas do debate sobre o Estado da Nação, o PS promoveu um conjunto de iniciativas que visaram recentrar a agenda nacional nas questões da economia e nos assuntos sociais, áreas essenciais para o desenvolvimento de Portugal.*

*No âmbito deste périplo preparatório, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, visitou vários pontos do País por forma a conhecer no terreno, os problemas de cada sector de actividade e insurgiu-se contra a quebra no investimento público em áreas-chave para a superação da presente crise nacional.*

Numa deslocação ao Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), Ferro Rodrigues abordou os problemas da área da cultura e defendeu que a falta de financiamento dos museus no País precisa de uma "solução estrutural" em vez de medidas tipo "balão de oxigénio", que apenas impedem encerramentos a curto prazo.

O secretário-geral do PS assumiu esta posição perante o presidente do Instituto Português de Museus, Manuel Oleiro, numa reunião aberta à imprensa onde também participaram os deputados Manuel Maria Carrilho, José Sócrates, José Magalhães, Elisa Ferreira, Maria de Belém e Ana Benavente.

Ferro Rodrigues e os parlamentares socialistas trocaram impressões com os responsáveis pelo Museu de Arte Antiga sobre as necessidades destes espaços de exposição em geral, questionando Manuel Oleiro sobre a situação da rede museológica desenvolvida pela tutela do PS e os cortes orçamentais nesta área. Ferro criticou a "redução significativa de verbas para a cultura em 2003, na ordem dos 25 por cento, que afectou sobretudo os museus", e frisou reiteradamente a necessidade de se encontrar uma "solução mais consistente" para este sector, "sobretudo numa fase crítica para o desenvolvimento do País como é a que estamos a atravessar".

"Como principal partido da oposição, temos um papel a desempenhar na defesa da cultura", explicou o líder socialista, acrescentando que os referidos cortes cegos no financiamento público tiveram "consequências nefastas no plano cultural e económico do País, por afectarem o turismo".

Depois de questionar a eficácia do que considerou ser "uma solução de emergência para uma área estrutural", Ferro Rodrigues sublinhou a urgência de se perceber "qual o papel da cultura na estratégia de desenvolvimento nacional que este Governo pretende implementar".

O deputado Manuel Maria Carrilho, por

seu turno, classificou de "balão de oxigénio" a solução achada pelo Ministério da Cultura para resolver a falta de pessoal nos museus e José Sócrates mostrou-se preocupado pela precária situação do Museu de Castelo Branco, enquanto Elisa Ferreira manifestou dúvidas quanto ao cumprimento das metas de execução fixadas por Bruxelas para este sector. Na mesma linha de raciocínio, a deputada Maria de Belém classificou como "vital" a urgente publicação junto da União Europeia de todo o acervo patrimonial português.

## **Cortes orçamentais na luta contra a droga serão dramáticos**

Outra das áreas prioritárias para os



socialistas prende-se com a luta contra a o tráfico ilegal e o consumo de drogas. Assim, numa visita ao Centro de Atendimento a Toxicodependentes (CAT) de Xabregas Ferro Rodrigues alertou para o facto de que uma eventual redução dos investimentos nesta área terá "consequências dramáticas" em Portugal, lembrando que um por cento da população da Grande Lisboa tem problemas com substâncias estupefacientes ou psicótropas. Acompanhado pelo líder da bancada socialista, António Costa, e de vários deputados do PS, Ferro, em declarações aos jornalistas, salientou que a Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga, aprovada pelo anterior Executivo, previa uma duplicação de verbas entre 1999 e 2004, mas, este ano, "verificou-se já uma quebra

orçamental".

"É errado pensar que a toxicodependência pode ser tratada como qualquer outra área em termos de objectivos de redução orçamental", disse, lembrando que o combate à droga é "um desafio nacional".

"Se o actual Governo não revogou os objectivos traçados pelo anterior (do PS) na prevenção e combate à droga, queremos então que sejam cumpridos. Mas não sabemos como serão cumpridos com menos meios e com menos dinheiro", acrescentou o secretário-geral do PS.

Durante visita à zona de internamento do CAT, a delegação do PS esteve em contacto com jovens toxicodependentes e ouviu atentamente as explicações técnicas do presidente da instituição, Rodrigo Sousa Coutinho, que também

se queixou de atrasos de três meses no pagamento a funcionários.

O responsável lamentou a quebra orçamental e a precariedade dos contratos de muitos dos técnicos, ponto em que foi acompanhado por deputados socialistas como José Sócrates e Sónia Furtuzinhos.

Finda a deslocação ao CAT de Xabregas, a comitiva socialista visitou ainda uma unidade móvel de apoio a toxicodependentes, que serve a zona oriental de Lisboa.

## **Contra as manigâncias contabilísticas**

Já na sua deslocação ao Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, denunciou o facto de o Governo estar a preparar-se para fazer "mais uma manigância" orçamental em 2003, com a anunciada integração do Fundo de Pensões dos CTT na Caixa Geral de Aposentações.

Ferro Rodrigues falava à imprensa, na companhia do líder parlamentar do PS, António Costa, e por dirigentes da bancada, como Elisa Ferreira e José Sócrates.

O secretário-geral lamentou que o Executivo "continue a recorrer a manobras contabilísticas, que não escondem os reais problemas do País, nem a rela dimensão do défice".

"Já em 2002, o défice foi superior ao de 2001, se retirarmos as manigâncias que foram feitas", afirmou.

Ferro manifestou-se também preocupado "com o mau tempo" que afecta o Instituto de Meteorologia, alvo de "um corte orçamental de 22 para 14 milhões de euros entre o ano passado e este ano".

"O Instituto de Meteorologia tem pesadas responsabilidades no quotidiano dos portugueses, mas também ao nível internacional. Por isso, não pode ser vítima de cortes orçamentais cegos por parte deste Governo", criticou o líder do PS, insurgindo-se ainda contra a "perda de autonomia financeira" do INMG e lembrando que os serviços prestados por esta entidade "são essenciais ao bom funcionamento da actividade económica do País".

Durante a visita, o presidente do instituto, Adérito Serrão, recentemente nomeado pelo Governo, tentou desdramatizar as consequências da redução do financiamento da sua entidade em termos de gestão, mas não respondeu quando José Sócrates o confrontou com o facto de apenas dispor de 300 mil contos para despesas de investimento até ao final do ano.

Entretanto, em mais uma iniciativa de apoio às políticas de preservação do ambiente, inserida também na preparação do debate do Estado da Nação, uma delegação da bancada socialista visita, hoje, o aterro de Santo André para conhecer no terreno a situação actual dos resíduos industriais perigosos de Sines.

MARY RODRIGUES

## **CRUZ VERMELHA PORTUGUESA**

# FERRO SOLIDÁRIO COM MARIA BARROSO

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, deslocou-se à Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) para, pessoalmente, manifestar "total solidariedade" com Maria Barroso, no seguimento do processo que levou ao afastamento da ex-primeira-dama das funções que exercia enquanto máxima responsável pela instituição.

A presidente da Cruz Vermelha recusou ser indigitada novamente para o cargo e dois dos seus vice-presidentes renunciaram, no passado dia 18, em protesto pela forma como decorreu a escolha de nomes para a liderança da CVP.

Maria Barroso mostrou-se "extremamente sensibilizada" pela atitude do líder socialista e, escusando-se a mais comentários perante a imprensa, frisou apenas estar "magoada", mas de "consciência tranquila" e confiante em que "a Cruz Vermelha fica em boas mãos" – as de Nogueira de Brito.

Todavia, em artigo publicado a semana passada no "DN", Maria Barroso vai mais longe nas suas críticas, acusando Paulo Portas de "intromissão abusiva" na eleição dos órgãos dirigentes da CVP numa "manobra partidária" sem dignidade. "Não aceito a intromissão abusiva do senhor ministro da Defesa no processo de eleição em curso dos órgãos



dirigentes da Cruz Vermelha", afirma.

Entretanto, na sessão plenária da Assembleia da República da passada quinta-feira, Maria de Belém Roseira acusou Paulo Portas de "falta de frontalidade" neste caso.

Segundo vice-presidente do GP/PS, a atitude assumida pelo ministro da Defesa no processo de substituição da presidência da Cruz Vermelha Portuguesa foi de "deselegância e falta de cortesia" para com uma mulher que considerou ser "uma figura de grande prestígio nacional".

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

# PS CONTRA FIM DOS CONCURSOS PARA EVITAR PARTIDARIZAÇÃO DO ESTADO

*O PS não dará o seu aval "a qualquer ideia que, ancorada nas perspectivas neoliberais mais conservadoras, visem reduzir o Estado à sua expressão mínima de garante do exercício da justiça, da defesa, da segurança e da cobrança de impostos, deixando ao mercado o poder regulador da vida social", afirmou Ferro Rodrigues, para quem "a reforma da Administração Pública tem que ser entendida como um processo de promoção da qualidade dos serviços públicos, em que os cidadãos estejam sempre no centro das suas preocupações".*

Em conferência de Imprensa realizada no Largo do Rato horas depois de o primeiro-ministro ter anunciado os pontos principais da reforma da Administração Pública, Ferro Rodrigues disse que "um processo desta envergadura exige uma convergência alargada para o desenvolvimento das medidas que se impõem e que, pela sua natureza, não podem ser vistas num horizonte dos normais ciclos políticos". Para o secretário-geral do PS, "a reforma da Administração Pública é uma questão séria e carece de ser tratada com determinação mas também com rigor. Não pode ser confundida com qualquer operação de maquilhagem para que fique tudo na mesma ou pior". A sua importância, adiantou, "obriga a que saibamos que trocar o défice orçamental pelo défice de desenvolvimento e qualidade de vida, não é a solução que o País precisa e que os

portugueses necessitam".

"Estamos abertos e disponíveis para encontrar as soluções que melhor se adequem aos propósitos enunciados, e com os quais concordamos, de modernização da Administração Pública", disse, salientando no entanto que o PS não dará "qualquer cobertura a uma estratégia que vise reduzir o Estado à sua expressão mínima". "Também não daremos qualquer cobertura ao fim dos concursos públicos para o recrutamento do pessoal dirigente da administração pública, porque será o primeiro passo para a partidarização dos serviços do Estado", acrescentou.

## Extinções, fusões e paralisia

Ferro Rodrigues traçou ainda um quadro negro sobre o actual estado da Administração Pública, dizendo que neste sector reina "a confusão, a



desmotivação, a paralisia e a incerteza, fruto de uma política que visa reduzir a qualquer custo as despesas do Estado". Segundo sublinhou o líder dos socialistas, "postulou-se a extinção, fusão e reorganização de serviços públicos, sem que a isso tivesse correspondido

qualquer estudo prévio, gerando, em muitos casos, a paralisia de serviços inteiros e de alguns ministérios; recriou-se o quadro de supranumerários, ameaçou-se, e concretizou-se em alguns casos, com a rescisão de contratos a termo de pessoal qualificado que tanta

falta fazem".

"Criou-se assim um clima contrário à reforma. Gerou-se medo em vez de confiança e criou-se incerteza em vez de motivação", acrescentou o secretário-geral do PS.

J. C. CASTELO BRANCO

## PS SATISFEITO COM DECISÃO DO TC SOBRE LEI DOS PARTIDOS

O deputado e dirigente socialista Alberto Martins congratulou-se com a decisão do Tribunal Constitucional sobre a lei dos partidos políticos, referindo que foram consideradas contrárias à Lei Fundamental "todas as dúvidas expressas pelo PS".

Alberto Martins manifestou ainda a sua satisfação por o Tribunal Constitucional não ter acolhido as dúvidas do Presidente da República, Jorge Sampaio, ao considerar constitucional a norma da lei dos partidos que impõe o sufrágio secreto nas votações nominais.

"O PS sempre entendeu que o voto secreto é adequado do ponto de vista constitucional e reforça a estrutura democrática do funcionamento dos partidos", sublinhou.

Alberto Martins considerou também ajustada a decisão do Tribunal Constitucional, que chumbou a norma relativa à destituição de dirigente partidários por efeito de uma condenação por crimes de responsabilidade pessoal.

No mesmo sentido, o dirigente socialista elogiou o Tribunal Constitucional por entender ser contrária à Lei Fundamental a extinção de um partido político que não concorra a duas eleições legislativas consecutivas

## RUI CUNHA REAFIRMA CRÍTICAS AO CÓDIGO DO TRABALHO

Rui Cunha manifestou a sua satisfação por o Tribunal Constitucional (TC) ter considerado inconstitucional "pontos controversos do Código de Trabalho como a cláusula da paz social" e outros relativos à vida pessoal dos trabalhadores, mas acrescentou que os juizes podiam ter ido mais longe nalgumas normas contrárias à Lei Fundamental.

"Basta ver a panóplia de declarações de vencido que houve na decisão dos juizes do Tribunal Constitucional para se chegar à conclusão que o Código de Trabalho será uma lei muito polémica", declarou o dirigente socialista. Rui Cunha fez ainda questão de frisar que o PS não criticou só o Código de Trabalho do ponto de vista constitucional, mas também ao nível político.



"Estamos convencidos que a aplicação no terreno do Código de Trabalho servirá para fazer crescer a tensão social nas empresas", considerou o deputado do PS.

Por outro lado, considerou que o TC poderia ter ido mais longe nas normas do Código de Trabalho que considerou contrárias à Constituição e que motivaram dúvidas ao Presidente da República.

Segundo Rui Cunha, o Tribunal Constitucional deveria ter considerado contrária à Lei Fundamental a norma do Código de Trabalho referente à caducidade das contratações colectivas. "No entanto, em democracia e num Estado de Direito, as decisões (do Tribunal Constitucional) devem ser respeitadas e cumpridas", afirmou o membro do Secretariado Nacional.

## COMPETITIVIDADE

# MUDANÇA NA POLÍTICA FISCAL E DE INVESTIMENTO É EXIGÊNCIA NACIONAL

Ultrapassar eficazmente a actual crise económica e orçamental em 2004 implica uma mudança real na política fiscal e de investimento público. Falta saber se o Governo está disposto a fazê-lo ou se pretende continuar com a sua estratégia suicida e de sacrifícios desnecessários.

Este o desafio deixado, no passado dia 26, por Ferro Rodrigues, que participava numa conferência organizada pelo Fórum para a Competitividade sobre "Qualidade da Despesa Pública e Política Económica para 2004".

No Centro de Congressos de Lisboa, onde também compareceram José Ferreira Machado, Pedro Ferraz da Costa, Teodora Cardoso, Joaquim Pina Moura Fernando Seara e a ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, o secretário-geral do PS advertiu que "Portugal não conseguirá resolver o problema do défice público em quadro de recessão".

Apesar de reconhecer que a situação financeira do País em 2001 foi pior do que se tinha previsto, Ferro frisou que, mesmo com as "medidas drásticas do Executivo", a conjuntura actual não é qualitativamente diferente para melhor. Segundo Ferro Rodrigues, o Governo de direita agravou a situação com a concentração da sua atenção na correcção orçamental, desmontando



assim o argumento de que o recurso ao investimento público aumentaria o défice, uma vez que este resultado "é o que a política do Governo conseguiu". O líder socialista acusou mesmo o Executivo de Durão Barroso de ter feito,

desde a campanha eleitoral, "uma gestão suicida das expectativas dos agentes económicos" e de ter uma política fiscal e de investimento "não ajustada à realidade".

Mas, porque democracia é alternância

e sobretudo alternativa, Ferro avançou com a sugestão de que deveria apontar-se para um défice inferior a três por cento, mas sem sacrificar a procura interna e o investimento, e permitir uma evolução salarial que não prejudicasse a

competitividade.

Dada a execução orçamental, em que "a situação é muito má do lado das receitas", e a conjuntura macro-económica, em que admitiu que o produto interno bruto se tenha contraído no segundo trimestre de 2003, Ferro Rodrigues defendeu que o Governo deveria preocupar-se mais com o crescimento da economia.

Ao terminar a sua intervenção, o secretário-geral do PS lembrou o discurso que proferiu, há um ano, durante o debate do Estado da Nação, reiterando a disponibilidade da bancada socialista para trabalhar no sentido de se conseguir "políticas de compromisso em dez áreas" que então considerou essenciais.

Embora a disponibilidade expressa pelo Partido Socialista não tenha tido a resposta desejável e esperada, Ferro garante que essa mesma atitude no presente para as questões europeias, a saúde, apoios ao relançamento económico, qualificação da população activa, combate ao desemprego, acompanhamento da execução do QCA, reforma da Administração Pública e do sistema político, bem como na política de imigração.

"Não temos e não vamos ter uma política de terra queimada", concluiu.

MARY RODRIGUES

## FERRO QUER VER RELATÓRIO DO BANCO DE PORTUGAL

O PS quer conhecer o relatório anual de 2002 elaborado pelo Banco de Portugal (BP) antes do debate parlamentar sobre o Estado da Nação, agendado para amanhã.

O BP adiou duas vezes a apresentação do relatório sobre o ano passado, fixando-a definitivamente em 8 de Julho, dias depois do debate do Estado da Nação, por imposição dos representantes do PSD na Comissão Parlamentar de Economia e Finanças.

O Banco de Portugal tinha previsto que a apresentação do seu Relatório Anual 2002, em que faz uma análise da evolução económica do País no ano passado, decorresse

em simultâneo com a divulgação do Boletim Económico de Junho, que habitualmente contém as previsões económicas do BP para o ano em curso e para o ano seguinte.

Ferro Rodrigues, que participava numa conferência organizada pelo Fórum para a Competitividade, considerou "incompreensível que o Banco de Portugal não divulgue o relatório antes do debate sobre o Estado da Nação".

O líder socialista explicou que o seu objectivo em antecipar a divulgação do documento é o de dotar os participantes no debate do Estado da Nação com a informação económica mais actualizada.



## LÍDER DO PS JANTA EM BELÉM COM PRESIDENTE DA REPÚBLICA

No passado domingo, à entrada para um jantar com o Presidente da República, no Palácio de Belém, Ferro Rodrigues adiantou à Comunicação Social que iria debater com Jorge Sampaio a "situação do regime democrático". Sem particularizar as suas preocupações, para além das que resultam das "promessas não cumpridas pelo Governo", Ferro

Rodrigues disse que o jantar era também "um encontro de velhos amigos".

"É um jantar a convite do Presidente com o qual fiquei muito satisfeito. É um encontro entre o Chefe de Estado e o líder do maior partido da oposição, mas é também um encontro de dois velhos amigos, que se conhecem há mais de 35 anos", afirmou.

O jantar privado entre Ferro e Sampaio prolongou-se até perto da meia-noite e durante cerca de três horas terão sido abordados os mais variados temas da actualidade política.

Fontes quer do Rato quer de Belém asseguraram que o encontro foi muito útil para ambas as partes, servindo nomeadamente para pôr um ponto final a muitas especulações.

# NA JUSTIÇA UM MINISTÉRIO QUE FINGE QUE ANDA, MAS NÃO ANDA

## OSVALDO DE CASTRO

Coordenador do PS da área da Justiça

Em tempos de exame do "Estado da Nação", bom é que se reconheça que uma das principais funções de soberania, a da justiça, passa por tempos calamitosos, num verdadeiro "esconde-esconde" por parte da titular da pasta e num fingimento de frenesim que apenas revela o estado de letargia em que se encontra o ministério.

A verdade pura e dura é que ninguém, até agora, conseguiu pôr a vista em cima da ministra da Justiça, no Parlamento, na apresentação de propostas de lei de iniciativa governamental, ou sequer na colaboração para a sua discussão na especialidade, em sede de Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. E quando tal ocorreu, esporádicas e raras vezes, a ministra Celeste Cardona sabia de antemão que os assuntos em apreciação eram objecto de consenso ou de circunscrita dificuldade decisória.

E, no entanto, é geralmente sabido e reconhecido que as matérias relativas à área da justiça, até por implicarem, em muitos casos, questões de regime, sempre careceram de um frutuoso diálogo entre os titulares da pasta e os deputados, "maxime", os da oposição.

Foi, aliás, assim, que trabalharam os ministros Vera Jardim e António Costa, só para me referir aos mais recentes. Esses, como vários dos seus antecessores, passavam horas a fio e, por vezes, dias, em árduos, mas frutuosos conciliábulos com a generalidade dos deputados da 1ª Comissão, sempre visando encontrar as melhores soluções nos complexos problemas que a justiça quase sempre requer.

Foi esse estilo e essa prática que a actual ministra rompeu e abandonou.

Quase que se adivinham as verdadeiras razões. Mas não quero crer que seja uma deriva autoritária de vezo ministerial, alijando as dificuldades e o ónus de votar contra, ou de "matar no ovo", as iniciativas legislativas da oposição para cima dos ombros dos obedientes deputados da maioria. E não obstante, é visível em muitos deles, particularmente os do PSD, o incómodo e até o desgosto com que avalizam e têm de cancelar os ditames de uma ministra oriunda do elo mais pequeno e mais fraco da coligação.

### A mediação da justiça

Em tal comportamento autista e absentista, saliente-se, ocorre no momento em que as questões da justiça passam por momentos de acentuada mediação e vêm ocupando as "head lines" dos media.

Mas, reitere-se, não porque a justiça funcione mais ou melhor, mas antes porque foi subitamente solicitada a intervir em casos de natureza criminal reportados a crimes graves e envolvendo como suspeitos figuras por demais mediatizadas.

É fácil, mas abusivo, que em tais circunstâncias, o primeiro-ministro ou a ministra da Justiça, se procurem aproveitar, como o vêm fazendo despuradoramente, do contexto actual para repelirem banalidades do tipo "a justiça funciona", ou "a justiça é igual para todos, aplica-se a ricos ou a pobres".

O que naturalmente sucede é que os diversos operadores judiciais vão funcionando, como antes, ainda que agora mais expostos à expressão pública das dissonâncias e/ou de pontos de vista diferenciados.

### Entre a propaganda e a realidade

Na área legislativa, o Governo prometeu muito, falou de mais por antecipação e nada de substancial cumpriu. Senão, vejamos, como a ministra enche a boca de vento e tropeça nos pedregosos caminhos da realidade.

Na verdade, desde que tomou posse, em Abril de 2002, até ao momento, não foram concretizados, ou pelo menos não entraram em vigor, os dispositivos normativos, mesmo que já publicados e, no essencial, recuperados do anterior governo, como são flagrantemente os casos da Acção Executiva e da Reforma do Contencioso Administrativo.

E, em fim de sessão, à pressa, mas imprudentemente, o Governo fez discutir em Plenário propostas de autorização legislativa relativas à privatização do notariado e à insolvência das empresas e dos particulares, o que vem causando grandes clamores em sectores empresariais e de operadores judiciais, atenta a gravidade das medidas aí contempladas e o afrontamento de diversos sectores interessados nas matérias em causa. E prepara-se, desbragadamente, para ordenar aos seus fiéis deputados que derrotem liminarmente e façam abortar o Projecto de Lei de Bases do Serviço Público de Registos e Notariado, de iniciativa do PS, sabendo-se que a actual maioria o viabilizou na generalidade, até com a aquiescência explícita de vários dos seus deputados, os mesmos que, agora de «barão ao peçoço», se preparam para cumprir a intimação da ministra do CDS/PP.

E Sua Excelência, a ministra, propalou aos quatro ventos, em meados de 2002, que ia construir brevemente uma prisão "de alta segurança" em Monsanto. De tal iniciativa nunca mais houve novas nem mandados, ou melhor, os reclusos eslavos vão dando às "de vila Diogo".

E que dizer da Reforma do Sistema Prisional e da Lei de Execução de Penas, que igualmente encontrou pronta quando ascendeu ao poder, e, não obstante, a Ilustre titular do Ministério da Justiça limitou-se a criar uma Comissão presidida pelo Professor Freitas do Amaral para "avaliar o sistema prisional e propor medidas".

Mas, registre-se, que em recente discurso público já se acometeu a privatizar as prisões. Talvez que os férmicos da propaganda tenham obscurecido o rigor e a precisão das distinções. É que uma coisa é a concessão de certo tipo de serviços (alimentação, lavanderia, etc.), o que, aliás, já sucede em certos casos, e coisa bem diferente será a descabelada intenção de privatizar áreas implícitas nas funções de soberania, como seria o caso de externalizar funções de direcção ou de vigilância de cadeias.

O que vale é que nestas como noutras matérias já ninguém leva a sério a senhora ministra.

E todos se recordarão que a titular do Ministério da Justiça abriu a boca desmesuradamente quando se comprometeu, vão já meses, que ia alterar o segredo de justiça, dizendo até que já teria proposta quase acabada. E, sem embargo, em tempo de brasas na matéria, esconde-se atrás do biombo dos mais recatados silêncios e, obviamente, as bravatas recolheram ao mais esconso dos fundos do ministério.

Vale por dizer, "guarda de Conrado o prudente silêncio", o que teria sido avisado ter feito desde sempre. Mas não fez, tal a tentação dos protagonismos iniciais dos verdes meses do governo.

E o que é seguro é que agora, nada apresentou, e pelo contrário, deixa a nota de querer ver paralisadas as Audições sobre direito penal e processual penal que decorrem no âmbito da 1ª Comissão, e bem anteriores aos recentes e mediatizados factos na justiça, e que, naturalmente, entre outros, também têm abordado esse tema.

Ou seja, em matéria legislativa o Governo limitou-se a cumprir, mal, calendários obrigatórios, designadamente em matéria de transposição ou cumprimento de normativos comunitários, como são os casos do mandato de detenção europeu, luta contra o terrorismo, reforço de luta contra formas graves de criminalidade no âmbito da Eurojust, cooperação judiciária internacional em matéria penal e comércio electrónico.

E recorde-se, para além do já dito em matéria de prisões, o Governo não logrou quaisquer melhorias no sistema de reclusão, cuja sobrelocação se tem vindo a agravar de forma insuportável, como o tem atestado a Subcomissão de Justiça e Assuntos Prisionais nas visitas já efectuadas ao EPL, Tires e Caxias.

E que o Governo foi incapaz de dar funcionalidade efectiva à nova prisão da Carregueira que herdou pronta. E não abriu sequer a prisão feminina do Norte que igualmente estava em fase final de acabamento em Abril de 2002.

Ao que tudo acresce que o Governo tem insistentemente prometido protocolar a situação de saúde dos reclusos com o Ministério da Saúde, de modo a que os cidadãos em reclusão possam ser abrangidos em plenitude pelo Serviço de Saúde, como os demais cidadãos, mas tais votos pios não têm passado das boas intenções.

### Adiamento e paralisia aumentam morosidade, pendências e estrangulam serviços

Nas diversas áreas de serviço a cargo do Ministério da Justiça, há a salientar que, mercê do adiamento da entrada em vigor da Acção Executiva e da Reforma do Contencioso Administrativo e do verdadeiro emperrar da área da desjudicialização (de que as promessas sempre incumpridas de novos Julgados de Paz, são bom exemplo), tudo se agravou em matéria de morosidade e estrangulamentos nos diversos serviços da área da justiça, seja nos tribunais, nas conservatórias, no notariado, ou nos serviços ao cidadão.

De facto, com o regresso às anteriores regras de notificação, engordam cada vez mais os atrasos, as pendências e a denegação da Justiça em tempo adequado e a responsabilidade não pode, sempre, ser imputadas aos operadores judiciais.

É que, além do mais, mercê das limitações orçamentaristas, faltam guardas nas prisões, magistrados nos tribunais e funcionários nas conservatórias e serviços de notariado e as Lojas de Cidadão, que vinham sendo uma experiência relevante no desafogar de inúmeros serviços ao cidadão, entraram também em clara paralisia como o atestam o abandono da criação de novas lojas do cidadão em Leiria, Bragança, Faro e Beja, e a extinção de Postos de Atendimento em diversos concelhos.

Em suma, a ministra de Justiça, não existe politicamente e esconde-se atrás do seu total apagamento e afastamento da ribalta (nas últimas 5/6 apresentações de propostas de lei em plenário, só compareceu à última, relativa à adopção e seguramente porque era sabedora do relativo consenso existente à volta do tema), e, por outro lado, está a aproveitar-se ilegalmente do facto de se ter criado na opinião pública a ideia de que "se se prendem figuras mediatizadas, é porque a justiça funciona".

E para quem não tenha memória curta, certo é que alguns outros processos relativos a corrupção (Brigada de Trânsito, futebol, corrupção de autarcas, finanças, etc.) estão agora a vir à tona mas foram iniciados em termos investigatórios ainda no Governo PS.

### As respostas e iniciativas do PS

E no entanto, perante a paralisia do Governo em matéria de justiça, as iniciativas legislativas do PS superaram por diversas vezes a apatia governamental e responderam, noutras, com iniciativas mais adequadas e modernas às iniciativas do Governo.

Tal sucedeu, nomeadamente, com os projectos de lei relativos à responsabilidade civil extracontratual do Estado e com o regime de prevenção e repressão do branqueamento de capitais e outros bens, com a Lei de Bases da Reforma do Serviço Público de Registo e Notariado, com o projecto de alteração ao Código Penal na parte relativa às organizações terroristas e terrorismo, ao mandato de detenção europeu, ao regime de buscas nocturnas em caso de criminalidade especialmente violenta, à regulação da criação de equipas de investigação conjunta, ao regime penal especial para jovens entre 16 e 21 anos, ao regime de sobreendividamento dos particulares, ao regime de publicação electrónica do Diário da Assembleia da República e à criação de condições para o teletrabalho e ao cartão único, para além do pacote relativo à justiça militar e mais recentemente do regime de adopção.

Tudo diplomas que foram aprovados na generalidade (com excepção do "cartão único" e do diploma relativo ao sobreendividamento dos particulares, o primeiro rejeitado por puro despautério da maioria e o segundo ainda não agendado) e que se encontram em discussão na especialidade, visando em muitos dos casos obrigar a maioria e o Governo a contemplar muitas das posições mais adequadas e inovadoras, designadamente nos casos em que os nossos projectos concorrem com iniciativas do Governo ou da maioria.

Como é conhecido, além dos projectos de lei supra-referidos, o PS fez aprovar, por unanimidade, um Projecto de Resolução em matéria de processo penal, visando efectuar um vasto conjunto de Audições sobre uma panóplia de temas candentes que vão desde o segredo de justiça, à prisão preventiva ao regime de escutas, ao regime de recursos, à dosimetria penal e seus reflexos, às formas de processo e ao regime de organização e cooperação policiais em matéria de prevenção e investigação criminal.

Tais Audições que vêm incidindo também sobre o Projecto de Resolução da maioria (também aprovado por unanimidade) que aborda igualmente temas de natureza criminal, foram projectadas e programadas, obviamente, muito antes da recente mediação da justiça e iniciarem-se antes até da ocorrência dos factos que estão agora a ocupar as primeiras páginas da comunicação social.

Nesta matéria e quanto ao andamento dos trabalhos tudo parece indicar que se deve manter o ritmo previsto das Audições, sem qualquer aceleração e sempre salvaguardando que quaisquer posteriores iniciativas legislativas por parte do PS devem ser precedidas de um amplo debate no interior do PS, bem como de iniciativas voltadas para o exterior, onde se apurem com rigor as posições do Partido Socialista, atenta a natural delicadeza de algumas das questões em discussão.

Para dizer, a fechar, que em matéria de justiça o "Estado da Nação" vai bem pior do que alguma vez ocorreu nos últimos vinte anos. Di-lo a oposição, mas asseveram-no, igualmente, os diversos operadores judiciais e de modo particular, os utentes dos tribunais, das conservatórias, dos registos e dos diversos serviços ligados à justiça.

É um facto indiscutível, falta rumo, falta estratégia e falta uma verdadeira direcção no Ministério da justiça. Tudo questões por de mais importantes para não poderem passar em claro no próximo exame do "estado da nação".



ANTÓNIO COSTA

# PERSISTIR NA INICIATIVA

*À oposição construtiva a maioria responde sistematicamente com uma prática destrutiva, chumbando ou “congelando” as iniciativas legislativas da bancada parlamentar do PS que em “nome dos valores e dos projectos” persiste e resiste, afirmou António Costa em entrevista ao “Acção Socialista”. Em vésperas do debate do Estado da Nação, o líder parlamentar do PS elege o investimento em infra-estruturas, na qualificação do recursos humanos e na inovação como a prioridade política que iria permitir relançar o crescimento económico do País e promover o emprego. Satisfeito com a prestação da bancada, António Costa sublinha que o Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) foi o único, entre os grandes grupos, onde todos os deputados tiveram intervenções em plenário, destacando também que foram os socialistas quem mais iniciativas legislativas apresentou.*



O Grupo Parlamentar do PS realizou de 15 a 17 de Junho, na Madeira, as últimas jornadas parlamentares da presente sessão legislativa. Qual o balanço saído dessas jornadas do ponto de vista das iniciativas legislativas e políticas levadas a cabo pela bancada socialista?

Francamente positivas. As jornadas realizaram-se num momento difícil para todos nós e foram, desde logo, uma oportunidade para nos reencontrarmos, de confraternizar, e de nos reanimarmos na solidariedade do Grupo, e também de preparar, com base no trabalho desenvolvido pelos nossos camaradas do Gabinete de Estudos, o próximo debate do Estado da Nação.

Qual o balanço que faz da prestação da bancada ao longo desta sessão? Há um primeiro dado que acho que é positivo. Num Parlamento onde muitos deputados são acusados de não terem qualquer tipo de intervenção, o GP/PS foi o único, entre os grandes grupos parlamentares, onde no primeiro ano de mandato todos os deputados sem excepção tiveram intervenções em plenário, isto para além do trabalho que cada um desenvolve nas suas Comissões. Em segundo lugar, o GP/PS foi aquele que maior número de iniciativas legislativas apresentou. Apresentámos 88 diplomas. Para ter um noção, o PSD, um grupo parlamentar maior do que o nosso, apresentou 56, a maioria das quais tem a ver com limites de freguesias e elevação de vilas a cidades. A esmagadora maioria das nossas propostas, mais de 68, são projectos-lei de fundo e que têm a ver com a substância política.

E qual a avaliação em relação ao Governo e à maioria parlamentar?

A maioria parlamentar, praticamente, não teve iniciativa relevante. As iniciativas que destaco da bancada do PSD são a legalização dos toiros de Barrancos, a criação do município de Fátima e não me ocorre sequer uma terceira iniciativa de relevo do PSD. Quanto ao Governo, houve, é preciso reconhecê-lo, um conjunto de medidas legislativas relevantes em algumas matérias onde quis tomar a iniciativa

política. A legislatura tem quatro anos e é natural que no primeiro ano desta legislatura, a iniciativa tenha cabido sobretudo ao novo Governo e não propriamente à nova oposição.

Retomando, em alguns casos, projectos que já vinham do Governo anterior.

Muitos casos. E mais: houve mesmo um caso particular em que o Governo veio apresentar como proposta de lei um texto exactamente idêntico a um projecto-lei apresentado nessa sessão legislativa pelo GP/PS que a maioria tinha chumbado. Foi um projecto-lei apresentado pela Jámila Madeira sobre a fiscalização dos contratos de crédito bonificado à habitação.

Como interpreta a recusa sistemática por parte da maioria em aceitar as propostas da oposição só por serem da oposição?

Creio que é uma prática destrutiva que a maioria tem. Aliás, tenho dito que nesta legislatura não tem faltado uma oposição construtiva. O que tem faltado é uma maioria construtiva. A maioria chumba sistematicamente os projectos da oposição, ou quando tem medo perante a opinião pública de os chumbar logo no voto na generalidade deixa-os passar para a Comissão onde ficam congelados sem qualquer avanço. Refiro como caso exemplar, o facto senhor primeiro-ministro ter vindo a semana passada anunciar como grande medida da reforma da Administração Pública uma nova lei da responsabilidade civil do Estado, mas, convém que se saiba que há um projecto-lei do GP/PS sobre essa matéria aprovado por unanimidade em Janeiro e que desde essa data está congelado na Comissão à espera de que chegue a proposta do Governo.

Qual tem sido a estratégia do PS para ultrapassar esse constrangimento?

A estratégia do PS é a de persistir na iniciativa, sendo que temos aqui uma maioria disciplinada e que não abre brechas relativamente à ofensiva do PS ou da demais oposição. A nossa tarefa é a de persistir em nome dos valores e dos projectos em que acreditamos.

A obsessão do Governo pelo défice conduziu o País à recessão económica com efeitos negativos, particularmente no tecido social. Neste quadro, o PS veio defender novas políticas. Em seu entender quais são as áreas prioritárias para essas novas políticas?

Como nós avisámos, a eleição do défice como objectivo único e exclusivo da política económica criaria uma recessão económica que levaria ao aumento do desemprego e, pior, afastar-nos-ia da consolidação do défice orçamental. Com a política que tem sido seguida pelo Governo a despesa corrente não

acolhido pela mesma dra. Manuela Ferreira Leite. Outro exemplo que já foi adoptado no passado, é a venda da rede fixa da PT que não foi concretizada no nosso Governo porque o PSD a impediu aqui na Assembleia da República. Agora, no Governo, o PSD concretiza essa medida. Ora, é prioritário que o País perceba que só haverá consolidação das finanças públicas se o objectivo da redução do défice for um objectivo compatibilizado com outro objectivo que é o do crescimento económico e do combate ao desemprego. Por isso nós temos que ter uma política que dê prioridade ao investimento em infra-estruturas, ao investimento na qualificação dos nossos recursos humanos, ao investimento em inovação e que permita relançar o crescimento do País. Isso é a prioridade das prioridades.

*Nesta legislatura não tem faltado uma oposição construtiva.*

*O que tem faltado é uma maioria construtiva*

O que tem faltado é uma maioria construtiva

tem diminuído, pelo contrário tem aumentado, veja-se o subsídio de desemprego que no ano de 2003 deve quase quadruplicar em relação à despesa realizada no ano passado; em sentido inverso, a receita tem diminuído, porque a receita que resulta de uma maior ou menor actividade económica, com a recessão, a receita fiscal tem caído. Nós temos hoje menos receita e mais despesa do que tínhamos há um ano atrás. Sabe-se, por isso, que em 2002 o défice só não foi superior ao de 2001 graças às receitas extraordinárias, uma manigância que permitiu controlar o valor do défice. Descontadas as receitas extraordinárias o défice de 2002 é superior ao de 2001

Preparam-se para fazer o mesmo este ano com o fundo de pensões do CTT.

Exactamente. Nova manigância com os fundos de pensões do CTT que tão criticado foi no passado pela dra. Manuela Ferreira Leite e agora tão bem

De que forma e em que medida é que o Caso Casa Pia afectou a actividade parlamentar do PS?

Procurámos que afectasse o mínimo. Penso que não vale a pena esconder o sol com a peneira. Foi uma ferida grande que nos atingiu que temos procurado, pela actividade, ultrapassar. Nós, nos Grupo Parlamentar, temos mantido um conjunto de iniciativas importantes. Desde logo, na área da administração pública, propondo a criação do cartão do cidadão; depois na área da consolidação orçamental com a realização de importantes debates sobre a qualidade da despesa pública, e também a própria realização das jornadas parlamentares. São actividades que temos procurado manter para cumprir o objectivo que é também a nossa missão: tratar dos problemas do País.

Em 2004 entraremos num novo ciclo eleitoral com eleições para o Parlamento Europeu e para as regiões. Do seu ponto de vista qual deve ser a estratégia do PS caso a direita apareça coligada, como tudo indica que venha a acontecer?

O PS, em qualquer caso, deve apresentar-se sozinho ao eleitorado. Deve procurar ganhar as eleições,

mas nessas eleições, como em todas as outras, o partido deve concorrer sozinho. Nas eleições legislativas o PS se não tiver maioria deve procurar formar um Governo com apoio maioritário na Assembleia da República. Acho que devemos ter aprendido com a lição de que um governo minoritário é um governo diminuído na sua capacidade de governar. Devemos lutar por uma maioria absoluta. Agora também devemos assumir as nossas responsabilidades se os portugueses não nos derem a maioria, procurando formar um Governo com apoio maioritário no Parlamento.

São muito exigentes, como se sabe, as funções de líder parlamentar, particularmente as do maior líder do maior partido da oposição. Usando uma imagem perguntava como têm sido os seus passos em volta dos passos perdidos ao longo destes 14 meses?

Foram 14 meses particularmente duros, de viragem de ciclo em que o PS passou do Governo à oposição, em que tem sido necessário reaprender a ser oposição, além de resistir à ofensiva inicial do Governo e da maioria de procurarem vacinar o País contra o PS para os próximos dez anos, e de começar a criar condições para que o PS supere o estado pós governativo e entre na fase de produção das medidas que sustentem uma nova alternativa do PS. Acho que não devemos viver com a angústia de querer fazer num ano aquilo que normalmente só faremos em quatro anos, mas não podemos é nunca perder o norte nem o caminho nem as etapas que estão pela nossa frente e que temos de ir enfrentando.

Enquanto presidente do Grupo Parlamentar, qual o debate que mais vivamente guarda na memória?

A interpelação do PS ao Governo sobre política económica e social, porque é dos poucos debates em que a distribuição dos tempos entre governo e oposição inclui igualdade de armas e permite efectivamente à oposição, neste caso ao PS, contrapor uma alternativa às políticas do Governo.

## A CONVENÇÃO EUROPEIA EM BALANÇO

Opinião

O essencial de um projecto de texto constitucional único para a União Europeia foi já entregue aos chefes de Estado e de Governo reunidos em Salonica. A Convenção sobre o Futuro da Europa vai ter as suas últimas reuniões nesta primeira quinzena de Julho, para pormenores de natureza técnica. É a altura de um primeiro balanço.

Os Conselhos Europeus de Nice e de Laeken, em que Portugal esteve representado por António Guterres e Jaime Gama, especificaram alguns dos problemas para que o debate sobre o futuro da Europa – que viria a justificar a convocação da Convenção Europeia – deveria encontrar solução. Eram eles (i) a questão, adiada em Nice, do valor jurídico a atribuir à Carta dos Direitos Fundamentais (ii) a delimitação mais rigorosa de competências entre a União e os Estados Membros (iii) o reforço do papel dos parlamentos nacionais no sistema europeu e (iv) uma simplificação capaz de reduzir a enorme complexidade acumulada nesse sistema e de o dotar de maior inteligibilidade. Em Laeken, o Conselho Europeu, entre várias outras questões a abordar, enunciou a perspectiva de um texto constitucional único e colocou expressamente os trabalhos da Convenção na senda de “uma Constituição para todos os cidadãos europeus”.

À luz deste caderno de encargos recebido dos chefes de Estado e de Governo, podemos dizer que a convenção, numa conjuntura e num ambiente internacional muito difíceis, cumpriu globalmente o mandato que lhe foi cometido. Cabalmente em muitos pontos, satisfatoriamente em vários, insuficiente ou discutivelmente nalguns. A convenção propôs, no seu projecto, que seja atribuído valor constitucional à Carta de Direitos Fundamentais, questão que a anterior Conferência Intergovernamental não tinha conseguido resolver. Ainda que as resistências britânicas a esta solução só tenham sido vencidas mediante declarações complementares de algum modo delimitativas do seu impacto jurídico, o facto é que a inserção da Carta no próprio texto constitucional terá, de imediato e a prazo, efeitos muito relevantes para a garantia dos direitos dos europeus.

O fundamento e recorte das competências da União tornou-se, no projecto apresentado, mais perceptível e controlável, ficando agora os parlamentos nacionais a poder fiscalizar e intervir, deste ponto de vista, em todo o processo legislativo da União. Para isso, prevê-se que passem a receber directamente todas as propostas legislativas, dispondo de um prazo de seis semanas para se pronunciar. Estamos pois perante a primeira via de acesso directo dos parlamentos nacionais ao processo legislativo europeu.

Em termos de simplificação, os trabalhos conduziram à redução drástica do número de processos de decisão, à concentração e clarificação dos instrumentos legislativos (em vez do “regulamento” e da “directiva” vamos passar a ter a “lei europeia” e a “lei quadro europeia”), à consagração de um processo legislativo ordinário com regra (aproximativamente, a actual “co-decisão”), à eliminação da actual diferenciação em vários “pilares” e, por último mas não o menos importante, a concentração do teor de quatro tratados, de difícil consulta, num só projecto de texto constitucional, com dimensão e sistematização de bem mais difícil domínio.

A atenção dos media, e por via disso do público, centrou-se sobretudo nas propostas de reforma institucional formuladas pela Convenção e, em particular, na criação de um Presidente do Conselho Europeu permanente. Essa solução veio a definir-se num difícil ponto intermédio entre as posições que sustentavam a manutenção das presidências rotativas após o alargamento, e os que preconizavam o fim dessas presidências e a criação de um presidente do Conselho a “full time” dotado de competências significativas (posição defendida pelos seis maiores Estados, representando mais de três quartos da população europeia). Na ponta final dos trabalhos, as presidências rotativas mantiveram-se em quase todas as formações do Conselho e o Presidente é apenas o Presidente do Conselho Europeu. Mas esta é uma das soluções projectadas que poderá ser, justificadamente, retomada e melhorada na Conferência Intergovernamental.

A Convenção propôs também a criação de um cargo unificado de ministro dos Negócios Estrangeiros, concentrando competências e instrumentos da área do Conselho e da Comissão. Tal cargo, na ausência de evoluções significativas, por agora, no âmbito deliberativo da política externa, poderá ser importante para a criação de condições que as venham a permitir no futuro.

A Convenção propôs ainda que o processo de investidura do Presidente da Comissão Europeia pelo Parlamento Europeu tivesse uma ligação mais directa aos resultados das eleições europeias, assim aumentando, eventualmente, o interesse e a participação política dos europeus. Quanto à composição da Comissão, foram remetidas para 2009 soluções que hoje seriam encaradas em muitos países como perdas significativas no domínio da sua ligação a esse órgão.

É notório que a Convenção atingiu um nível de acabamento no conjunto dos trabalhos superior ao que alcançou na reforma institucional. Aqui, há um caminho de aperfeiçoamento ainda a fazer.

Os chefes de Estado e de Governo fizeram uma avaliação muito equilibrada quando falaram numa “boa base de trabalho”. É preciso agora que, na Conferência Intergovernamental, os chefes de Estado e de Governo e os ministros dos Negócios Estrangeiros estejam à altura dessa “boa base”, mostrando-se capazes de ir mais além e melhorar algumas das soluções institucionais esboçadas na última parte dos trabalhos.

A fase anterior pertenceu a representantes dos governos, mas também dos parlamentos, nacionais e europeus. A fase que se inicia em Outubro, com a nova CIG, é da responsabilidade dos governos. Queira e saiba o Governo português, nesse quadro, sustentar e melhorar a valiosa proposta da Convenção. É essa agora a sua responsabilidade!



ALBERTO COSTA

## ENSINO SUPERIOR

# LEI DE FINANCIAMENTO É ABSURDA E INTEMPESTIVA

*O Governo prepara-se para fazer cortes sucessivos e efectivos no orçamento para o ensino superior entre 2003 e 2006, reduzir a frequência nas universidades públicas e aumentar as propinas. Com a nova lei de financiamento, a direita dá uma orientação política ao sector que vai contra a democratização da formação académica. O PS exige saber qual o nível de investimento com que os futuros quadros superiores de Portugal podem contar para a sua formação.*

No debate parlamentar do passado dia 27 de Junho, o deputado Augusto Santos Silva afirmou que os socialistas não vão exigir mais dinheiro para o ensino superior no actual contexto de consolidação das finanças públicas, mas vão continuar a reclamar que se assegure, mesmo nestas circunstâncias austeras, “o patamar de financiamento que conseguimos alcançar”. Considerando “absurdo” discutir uma nova lei de financiamento antes de debater a lei de bases, o vice-presidente do GP/PS acusou o Executivo de colocar fora da fórmula de financiamento corrente os cursos de pós-graduação, “quando a lógica de todas as alterações propostas na Lei de Bases do Sistema Educativo vai no sentido, conforme ao Processo de Bolonha, da maior generalização, pelo menos, dos mestrados”.

Assim, o PS propõe maior participação do Estado, nomeadamente em investimento nas pós-graduações, e maior restrição à livre fixação do valor das propinas pelas instituições.

Quanto ao aumento das propinas nos cursos de licenciatura, o ex-ministro da Educação frisou a necessidade de salvaguardar “a determinação clara de um valor moderado, compatível com os preceitos constitucionais e com o facto soberaneamente conhecido de caber hoje

às famílias a maior quota parte dos custos de frequência do ensino superior”.

Por outro lado, referiu ainda o deputado, “o aumento proposto pelo Governo, criando mais obstáculos à frequência, nem sequer resolverá minimamente os problemas criados pelos cortes nas transferências do Orçamento de Estado”.

O parlamentar socialista disse que o facto do PS ser favorável ao princípio da prescrição como instrumento de dissuasão da eternização de alunos nos cursos não significa que a bancada apoie a confusão desta medida com matérias de financiamento.

“O primeiro erro da proposta do Governo é apresentar as prescrições desgarradamente e não como componente de um programa mais geral de qualificação do ensino, o qual deverá incluir também incentivos e obrigações quanto ao desempenho dos docentes”, explicou o deputado, defendendo um regime “inteligente, moderado e reversível”, sob pena, alertou, de se gerarem efeitos perversos como a proliferação de falsos trabalhadores-estudantes, a exclusão dos estudantes a tempo parcial, a abertura de um canal de fornecimento das escolas privadas com os alunos prescritos nas escolas públicas, ou discriminação dos estudantes das licenciaturas mais longas, entre outros.

Por fim, a propósito da “sempre delicada relação entre o ensino público e particular”, o ex-ministro da Educação considerou ser “menos ambígua” a arquitectura da lei em vigor, criticando o facto de o Governo, ao querer alterá-la, ter acabado por ficar preso das suas próprias contradições.

Como apreciação geral da proposta de lei do Executivo, o deputado reiterou a ideia de que a sua apresentação foi “intempestiva e absurda”, porque “precede a discussão da lei de bases, não foi preparada com a consulta pública e dos parceiros institucionais; e, no que altera a actual lei, muda, em regra, para pior”.

### Audição pública: parceiros educativos preocupados

Com o objectivo de ajudar à consolidação das posições socialistas, decorreu, no passado dia 25 de Junho, uma audição pública sobre a Lei de Bases da Educação, promovida pelo

GP/PS.

Professores, associações científicas, profissionais, sindicais, associações de pais e estudantes debateram, no novo auditório da Assembleia da República, os projectos de lei avançados pelo PS, Bloco de Esquerda, bem como a proposta do Executivo, manifestando profunda preocupação pelo “autismo do Governo” numa matéria que carece de um “consenso alargado”.

A representante da CGTP na sessão crítico fortemente a tutela por ter “arredado os parceiros sociais desta questão”.

Apesar das dificuldades decorrentes do actual quadro de crise económica, da assistência levantaram-se vozes favoráveis a mais investimentos na área dos apoios ao ensino e à formação, chamando ainda a atenção para a necessidade urgente de integrar uma “noção de educação pública” na lei de bases do sistema educativo.

Os recorrentes apelos ao diálogo concertado entre oposição e Governo foram secundados pela deputada Ana Benavente, que moderava a sessão, tendo lamentado assistir ao que qualificou como “um regresso à escola do passado”.

“Muita avaliação, muita igualdade nas exigências, muita autoridade pode parecer, mas não é o melhor caminho”, disse a ex-secretária de Estado da Educação e Inovação, que confessou não ter ilusões quanto aos resultados do debate na especialidade, uma vez que o consenso não tem sido a marca desta administração, que se tem empenhado, até nas questões menos polémicas, em deixar a marca da destruição”.

Defendendo “uma outra concepção de escola, em que o valor do esforço e do empenhamento seja reconhecido, em que o conteúdo curricular não é um mero passaporte para obter uma nota e em que se aprende a trabalhar”, a deputada salientou que esta não é uma opção popular, mas é a melhor, atendendo aos objectivos da qualidade na educação.

Ao finalizar a audição pública, Ana Benavente revelou que, após as férias parlamentares, em Setembro, o PS promoverá mais debates em torno das questões da educação, pois estas “precisam de tempo para serem adequadamente aprofundadas”.

MARY RODRIGUES

## PAGAMENTOS POR CONTA

# AUMENTO É MEDIDA SEM SENTIDO

Aumentar de 100 milhões para 700 milhões de euros as receitas dos pagamentos especiais por conta de outrem é uma medida sem sentido. Esta é crítica avançada pelo deputado socialista Eduardo Cabrita, no passado dia 27 de Junho, exigindo que o Governo “corrija o erro” que está na origem dos protestos que os taxistas

realizaram por todo o País.

“O Governo tem de reconhecer, na Assembleia da República, o erro que cometeu e depois tem de corrigi-lo”, declarou Eduardo Cabrita, para quem esta é uma medida exemplificativa da “estratégia Manuela Ferreira Leite” que “assenta na manipulação das receitas e na regra do paguem agora e protestem

depois”.

A bancada do PS reagiu desta forma às manifestações dos motoristas de táxis, que ocorreram em todas as capitais de distrito.

Os taxistas protestavam contra a medida do Executivo exigindo que o pagamento do imposto seja feito de acordo com o rendimento de cada um.

## DESPOLUIÇÃO DO LIS

## GOVERNO NÃO HONRA COMPROMISSOS



Após 14 meses de completa inação na política ambiental, o Governo continua sem respeitar os compromissos que assumiu em relação à despoluição do rio Lis. Esta a denúncia feita, no passado dia 18, na Assembleia da República, pelo deputado Pedro Silva Pereira.

O parlamentar socialista lembrou que José Eduardo Martins, secretário de Estado do Ambiente, foi a Leiria, em Outubro de 2002, garantir que estaria pronto, até ao final desse ano, o modelo de financiamento do tratamento das suiniculturas que poluem a bacia do rio Lis.

Numa conferência de imprensa em que também estiveram presentes Capoulas Santos, José Miguel Medeiros e José Sócrates, o deputado acusou o Governo de não cumprir os seus compromissos, pelo que a bancada do PS vai requerer a ida ao Parlamento, com carácter de urgência, do ministro do Ambiente, Amílcar Theias, a propósito do problema da poluição do rio Lis e vai promover um conjunto de audições com as autarquias afectadas da região de Leiria.

É que, declarou Pedro Silva Pereira, "o que se impunha fazer desde Novembro último até agora era decidir" e o Executivo "foi incapaz de o fazer e

mobilizar os mecanismos financeiros" de forma a avançar com o projecto.

Assim, a direita coligada "confessou a sua incapacidade" e "demitiu-se das responsabilidades" ao "entregar nas mãos das associações de suinicultores a escolha de uma solução técnica" para o problema da poluição provocada pelas produções de suínos.

"A totalidade do investimento em causa não pode ser um encargo exclusivo dos parceiros no sector", afirmou, defendendo de seguida que o Governo tinha conhecimento da necessidade de participação nos custos do projecto, até porque, "desde o começo que o PS alertou a tutela com requerimentos e outras iniciativas parlamentares".

Depois de sublinhar que "a política de Ambiente não deve ser uma política menor", Pedro Silva Pereira respondeu aos jornalistas a propósito das declarações de Theias segundo as quais o protocolo assinado pela anterior administração socialista para a despoluição do rio Lis continua, alegadamente, "bases que são irresponsáveis".

"A irresponsabilidade está muito claramente do lado do actual Executivo", ripostou Silva Pereira, secundado por

José Sócrates, para quem "o que é irresponsável é não cumprir o protocolo" assinado em Janeiro de 2000 pelo Ministério do Ambiente, Ministério da Agricultura, associações de suinicultores e a SIMLIS, empresa de saneamento integrado dos municípios do Lis.

"Ao pretender lavar as mãos desta situação [o Governo] está apenas a confessar a sua incompetência e o seu desleixo", reiterou Pedro Silva Pereira, recordando que desde Novembro do ano passado que a tutela "está em posse de um relatório da empresa SIMLIS quanto às diferentes soluções técnicas e quanto à engenharia financeira". Entretanto, e apesar das recorrentes promessas de afectar verbas para o projecto de despoluição, o rio Lis foi novamente alvo de descargas suinícolas, o que obrigou à interdição de banhos na praia da Vieira, na Marinha Grande, pelas autoridades sanitárias.

Na bacia do rio Lis existem cerca de 200 mil habitantes e cerca de 350 mil porcos, que produzem quase quatro vezes mais efluentes, em termos de carga orgânica, que os seres humanos.

MARY RODRIGUES

## AR SAÚDA DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA A DROGA

Por iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a Assembleia da República aprovou por unanimidade um voto de congratulação pelo Dia Internacional de Luta Contra o Consumo e o Tráfico Ilícito de Drogas.

No documento, os parlamentares manifestam consciência de que, muito embora os resultados alcançados nesta luta sejam positivos, "a droga e a toxicod dependência estão longe de serem uma questão resolvida".

Por isso, expressam no voto de congratulação que a determinação em prosseguir o "combate" não pode ser abalada.

"Antes pelo contrário, devemos ser mais exigentes e persistentes na assumpção das nossas responsabilidades", lê-se no texto.

Assim, a Assembleia da República manifesta o seu "empenhamento no prosseguimento da Estratégia Nacional de Combate à Droga", aprovada durante a governação do PS.

Em defesa da bancada socialista, a deputada Sónia Fertuzinhos reiterou a ideia segundo a qual "é urgente retomar o apoio a vários projectos de prevenção que estavam em curso" e "garantir as acções de redução de riscos e danos, tendo em conta o problema dos consumos problemáticos em Portugal".

"É urgente, finalmente, investir e canalizar mais meios, financeiros e técnicos, para esta área", concluiu.

## MISSÃO DA GNR NO IRAQUE

## MARQUES JÚNIOR CRITICA DECISÃO PRECIPITADA DO GOVERNO



O deputado socialista Marques Júnior considerou que todos os problemas surgidos com a missão da GNR no Iraque revelam que "a decisão do Governo foi, no mínimo, precipitada".

Em declarações ao "Acção Socialista", o deputado do PS referiu que os problemas do adiamento no envio da GNR para o Iraque e do seu equipamento dão razão às questões que colocou ao primeiro-ministro no último debate mensal na Assembleia da República, quando pretendeu saber se a decisão política tinha tido em conta "um estudo adequado quer, entre outros, quanto à missão, quanto ao enquadramento, quanto ao equipamento quer, inclusive, quanto aos custos".

Quanto ao equipamento, Marques Júnior disse que, para além dos problemas relacionados com a sua aquisição ou empréstimo, "que seria ridículo", coloca-se a questão de se saber se o mesmo "é adequado a uma missão de segurança interna, ou se se procura que uma força de segurança cumpra missões próprias das Forças Armadas, actuando com equipamento que é exclusivo destes".

O deputado do PS chamou ainda a atenção para a "gravidade" desta situação, que, "para além das questões de perigosidade não assumidas", coloca o problema de "adulterar a missão própria de uma missão de uma força de segurança, ainda que a GNR tenha características específicas em função da sua natureza militar".

Por outro lado, adiantou, "representa uma forma 'capciosa' de tornear um problema de política interna secundarizando aspectos importantes relacionados com a própria missão atribuída à GNR no teatro de operações do Iraque".

## PROTECÇÃO SOCIAL

## PS QUER ACABAR COM DISCRIMINAÇÃO DE EX-COMBATENTES

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou, no passado dia 18, um projecto para incluir cidadãos que nunca descontaram para qualquer sistema de solidariedade ou de Segurança Social, ou para a Caixa Geral de Aposentações, entre os beneficiários da lei dos ex-combatentes da Guerra Colonial.

De acordo com Marques Júnior, o diploma pretende "eliminar uma lacuna", que estará a prejudicar um universo estimado de 600 mil cidadãos.

O coordenador da bancada do PS para as questões da Defesa referiu que a interpretação dada à lei dos ex-combatentes tem sido motivo "de grande polémica e insatisfação" por não abranger um vasto conjunto de pessoas. Estão nessa situação, disse, "cidadãos portugueses a trabalhar no estrangeiro e grupos profissionais específicos que não beneficiam da actual lei por nunca terem subscrito a Caixa Geral de Aposentações, nem terem beneficiado do sistema de Segurança Social".

Para eliminar "essa discriminação", o projecto socialista propõe que "os ex-combatentes que tenham prestado serviço militar em condições de perigo, não inscritos em qualquer dos sistemas de protecção social, passem a ter o direito à inscrição excepcional no âmbito do sistema de Segurança Social". O PS propõe ainda que o valor das contribuições a pagar por esse grupo de ex-combatentes seja "apurado com base na remuneração e na taxa à data da prestação do serviço".

## GOVERNO COMPROMETE FUTURO DA CASA DO DOURO



O deputado do PS Ascenso Simões afirmou que a proposta de lei apresentada pelo Governo sobre a Casa do Douro "dita o fim desta instituição como entidade de defesa da viticultura duriense, cria condições para a desvalorização da produção em favor do comércio, e faz nascer o receio de crise social, económica e institucional que foram, em suma, as razões que levaram, na década de 30, ao nascimento da instituição-mãe da lavoura duriense".

Ao intervir no debate sobre os novos estatutos da Casa do Douro na Assembleia da República, o camarada Ascenso Simões considerou que esta instituição "não precisa do Governo para que este lhe pague as dívidas. Precisa do Governo para que este a ajude a liquidar, com o seu património, essas mesmas dívidas sem pôr em causa o mercado, sem fazer diminuir os preços e sem criar uma situação de instabilidade social e económica na região".

O deputado do PS afirmou ainda que a Casa do Douro e os viticultores do Douro também precisam de um Executivo "que não queira ditar-lhes o funeral".

Para o camarada Ascenso Simões, o que está em causa nesta discussão sobre os novos estatutos da Casa do Douro "é a alternativa entre dois modelos". Por um lado, o modelo do PS "que não cedeu a manobras demagógicas nem esperou pela instabilidade para apresentar a sua iniciativa", e, por outro, o modelo apresentado pelo Governo, "repleto de incongruências e até de inconstitucionalidades, que faz desaparecer a Casa do Douro".

J. C. C. B.

### GUARDA

## SOCIALISTAS CONTESTAM ENCERRAMENTO DO CAE

O anunciado encerramento do CAE (Centro de Apoio Educativo) foi objecto de um requerimento entregue na Mesa da Assembleia da República pelos deputados Fernando Cabral e Pina Moura dirigido ao ministro da Educação. Os parlamentares socialistas recordam que por delegação de competências das direcções regionais de educação, o CAE "está apto a responder a questões relacionadas com o acompanhamento técnico-pedagógico e formativo de discentes, docentes e não docentes, assim como a atenção às questões do apoio social".

De acordo com esta decisão governamental, Fernando Cabral e Pina Moura pretendem saber se o ministro da Educação tenciona deixar os estabelecimentos escolares e respectivas comunidades educativas locais desprovidos de apoio, e, em caso afirmativo qual é a entidade que pretende instituir em substituição do CAE.

### TURISMO E OBRAS PÚBLICAS

## GOVERNO LESA DESENVOLVIMENTO DO ALGARVE

A falta de agentes da PSP e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras no aeroporto de Faro está a deixar em desespero milhares de turistas, obrigados a formar filas de centenas de metros na aerogare às quintas-feiras, sábados e domingos. Nestes três dias de maior tráfego há cerca de uma centena de movimentos diários, que totalizam mais de 20 mil passageiros. O deputado socialista José Apolinário descreveu esta situação como inaceitável e, num requerimento entregue no Parlamento, no dia 30 de Junho, exigiu dos Ministérios da Administração Interna e da Economia esclarecimento quanto às medidas que serão tomadas por ambas as tutelas para fazer face à "evidente lesão da imagem do turismo português como resultado da insuficiência de pessoal", sobretudo em Julho e Agosto, meses de maior afluxo de viajantes.

Segundo Apolinário, "é salutar e indispensável que os aeroportos nacionais dispensem a necessária atenção à segurança", mas, ressaltou, "é inaceitável que os visitantes de importantes mercados para o Algarve sejam obrigados a uma recepção de 90 a 120 minutos, devido à falta de pessoal do SEF e da PSP em períodos de maior intensidade do movimento no Aeroporto de Faro".

"Isto é ainda mais grave, quando o Governo considera o turismo como aposta essencial no desenvolvimento do País", rematou.

### Rodovias do Algarve adiadas "sine die"

Ainda a propósito da negligência relativamente ao desenvolvimento da região algarvia, os deputados socialistas do círculo de Faro pediram ao Governo esclarecimentos sobre o adiamento das obras na Circular Norte de Loulé e da ligação entre Quarteira e a Via do Infante. Jamila Madeira e José Apolinário apresentaram um requerimento à Assembleia da República, no qual exigem que o ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação clarifique quais as razões que fundamentaram o adiamento *sine die* dos dois projectos rodoviários.

Em causa está a decisão governamental



de não adjudicar a obra da Circular Norte de Loulé e de adiar o concurso para a adjudicação da obra de ligação entre Quarteira e a Via do Infante.

Os deputados do PS acusam o Executivo de se remeter ao silêncio como "nova forma de dar voz a uma decisão contra os interesses das populações do concelho de Loulé e da cidade de Quarteira".

Assim, no requerimento pedem que o ministério justifique qual o montante já disponibilizado para as obras incluído na verba do Plano de Investimentos da Despesa de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) 2003 prevista para a sua execução, e que divulgue a nova calendarização estabelecida para os dois projectos.

### Saúde: PS questiona critérios de atribuição de posto INEM

Entretanto, o deputado socialista José Apolinário dirigiu um requerimento ao Ministério da Saúde, solicitando esclarecimentos sobre quais os critérios que sustentaram a recente decisão de atribuir a ambulância para urgências "Posto INEM" de Alcoutim ao recém-criado Núcleo da Cruz Vermelha de Martinlongo, o que "causa perplexidade e suscita interrogações sobre o fundamento de tal escolha".

Por outro lado, passando o principal eixo rodoviário pelo concelho de Alcoutim, Apolinário quer saber "quais as razões não partidárias que justificam esta de-

cisão" e ainda "como pretende o Ministério da Saúde responder à anterior disponibilidade dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim".

No documento, o deputado socialista sustenta que os Bombeiros Voluntários de Alcoutim dispõem de mais recursos humanos com preparação para o desempenho destas funções inerentes à actividade do Posto INEM e chama ainda a atenção para a coincidência da presidente do Núcleo da Cruz Vermelha de Martinlongo ser um destacado dirigente local do PSD e autarca na freguesia.

### Carta aberta a Carmona Rodrigues

Numa carta aberta dirigida ao ministro das Obras Públicas, José Apolinário sublinha o compromisso assumido por Carmona Rodrigues relativamente ao metro de superfície do Algarve. "Cumprime assinalar esta inversão de posição do actual Governo, pois não obstante o projecto do metro de superfície e iniciativas pontuais de modernização da linha do Algarve terem sido impulsionados ainda no mandato do anterior Governo do PS, no início da presente legislatura a maioria PSD/PP inviabilizou uma proposta do PS que propunha a inscrição de uma dotação orçamental para o estudo da viabilidade económico-financeira do metro de superfície no Algarve", escreve na missiva o deputado socialista eleito pelo círculo do Algarve.

## PS QUESTIONA VIABILIDADE FINANCEIRA DE NOVOS MUNICÍPIOS

Os socialistas querem saber se os Ministérios das Finanças e da Administração Interna têm efectiva disponibilidade para fazer face aos encargos financeiros e materiais necessários à instalação de novos concelhos.

Num requerimento apresentado à mesa da Assembleia da República, no passado dia 27 de Junho, o deputado António Galamba questiona o Governo sobre a viabilidade financeira da instalação e funcionamento de pelo menos quatro novos municípios, "no quadro de crise económica e de contenção da despesa pública a que Portugal está sujeito".

O parlamentar socialista lembrou que a

mesma maioria parlamentar que reintroduziu o incumprimento da Lei das Finanças Locais, que propôs uma pseudo-descentralização e que asfixiou as autarquias, prepara-se agora para concluir um processo legislativo de alteração à Lei-Quadro da Criação dos Municípios com uma terceira versão de proposta que "elimina a necessidade do cumprimento cumulativo dos requisitos para promoção de novos concelhos, possibilitando, no limite, o acalantar de expectativas de restauração de muitos dos 455 municípios suprimidos pela Reforma de Passos Manuel, em 1836". António Galamba pergunta às tutelas das finanças e da administração interna se

os municípios a criar poderão esperar investimentos a contemplar no PIDDAC para 2004 e se os 308 municípios existentes podem ter a expectativa de que os constrangimentos impostos no Orçamento Rectificativo para 2002 e no Orçamento de Estado para 2003 serão erradicados.

Recordando o quadro de contenção orçamental, o deputado socialista quer ainda saber se o Ministério da Administração Interna terá condições de assegurar as instalações e os meios materiais necessários à actividade das comissões instaladoras dos novos municípios.

## TELEVISÃO

# TRÊS PERGUNTAS A MANUEL MARIA CARRILHO

*A propósito da política do audiovisual debatida a semana passada no Parlamento o "Acção Socialista" foi ouvir o deputado Manuel Maria Carrilho que critica o canal da sociedade e considera a proposta de lei da televisão "um remendo condicionado pelo imediatismo".*



Qual o modelo de serviço público de televisão defendido pelo PS? O modelo de serviço público defendido pelo PS é o de dois canais

generalistas, com programação diferenciada e complementar, na linha do que é o paradigma europeu vigente nesta matéria.

Quais as principais deficiências que se observam na dita nova lei da televisão apresentada pelo Governo?

Sobretudo as de não ser uma nova lei, mas um remendo condicionado pelo imediatismo de algumas urgências políticas, nomeadamente em tudo aquilo que visa acolher a espúria ideia do tal canal da sociedade civil, até hoje sem definição estratégica, programática ou financeira credíveis.

Qual a posição do PS em relação à reintrodução da taxa de televisão? PS pensa que não é correcto cobrar mais aos cidadãos para lhes dar menos, que é o que se vai passar com a nova taxa de televisão.

## CASA DA MÚSICA

## PS CRITICA INDEFINIÇÃO NA SITUAÇÃO DE PEDRO BURMESTER

O ministro da Cultura optou por tomar uma "não-decisão" ao apresentar apenas um dos três futuros administradores da Casa da Música (CM) e não clarificar o papel de Pedro Burmester nesta instituição.

Esta a reacção do Partido Socialista ao tomar conhecimento, a semana passada, da nomeação de Manuel Alves Monteiro para o lugar de administrador da CM.

"Só foi conhecido um nome de um conselho de administração que terá três elementos", disse à Imprensa a deputada socialista Manuela de Melo, vereadora da Cultura na Câmara do Porto, ao tempo do lançamento do projecto da Casa da Música.

"Esta ainda não é uma solução", afirmou a parlamentar, para quem o administrador já conhecido "não lhe merece qualquer comentário pessoal", embora frise que "falta definir qual será o papel

do pianista Pedro Burmester no projecto".

Recorde-se que esta polémica surgiu na sequência de uma entrevista de Burmester, na qual o pianista fez algumas críticas aos accionistas da empresa que gere a CM – o Estado e a Câmara do Porto –, manifestando preocupação por não ter sido definido o modelo de gestão desta infra-estrutura cultural.

No seguimento destas declarações, o edil portuense Rui Rio exigiu a demissão de Pedro Burmester, argumentando que o pianista não poderia continuar na administração da Casa da Música depois de ter criticado o órgão que integra e os accionistas que o nomearam.

Para Manuela Melo, o afastamento de Burmester seria um erro pois o pianista mantém-se "solidário" com o projecto que apresentou para a CM quando

começou a ser preparada a Capital Europeia da Cultura de 2001.

Questionando a solidariedade do actual presidente da administração da instituição, com os seus colegas da direcção, a deputada denunciou que Rui Amaral "fala de programação cultural sem consultar Pedro Burmester, que é o responsável por esta área, e intervém nas obras sem dar conhecimento a Hélder Sampaio, que é o responsável dessa área", portanto, "ele é que não é solidário".

Assim, explicou Manuela Melo, o diferendo entre Amaral e Burmester resultou de visões diferentes. É que, "ter uma visão democrática de acesso à cultura ainda é uma coisa perigosa em Portugal" e "Pedro Burmester disse que a Casa da Música é para todas as músicas e todos os públicos, mas isso, que parece óbvio, não é, porque ainda há elitistas da cultura".

## ESTABILIDADE ORÇAMENTAL

## SOCIALISTAS DOS AÇORES PEDEM PARECER AO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Os deputados socialistas à Assembleia Legislativa Regional dos Açores querem que o Tribunal Constitucional se pronuncie sobre a Lei de Estabilidade Orçamental no que respeita às suas consequências para as regiões autónomas.

Segundo o líder da bancada socialista Vasco Cordeiro, a imposição de um "endividamento zero" choca com os interesses regionais e com os princípios que regulam a autonomia político-administrativa dos Açores e da Madeira. Entretanto o parlamento açoriano

aprovou por unanimidade a iniciativa proposta pelo PS açoriano, que tem por fundamento as restrições impostas pelo diploma às regiões autónomas, impedidas de, em 2003, recorrerem a empréstimos para fazer face aos investimentos previstos nos respectivos orçamentos.

## O País relativo

## O ESTADO A QUE A NAÇÃO CHEGOU

*Os portugueses votaram para que Portugal fosse governado e não para ficar à espera da Europa e de alguma mirífica boleia. Os portugueses escolhem os governos para que estes tenham um projecto, uma ideia e para que envolvam o país neste processo.*



PEDRO ADÃO E SILVA

Há exactamente um ano. Junho de 2002. O indicador de clima económico era positivo e Portugal tinha uma das taxas de desemprego mais baixas da Europa. Em Maio deste ano, com 14 meses de desgoverno, temos o nível de confiança económica mais baixo desde que existe série. Em Maio deste ano, com 14 meses de desgoverno, há mais 95.809 desempregados. 290 desempregados por dia. 12 desempregados por hora. Esta é a face mais dramática do Estado a que a nação chegou. E o mais grave é que este estado de coisas era evitável.

Era evitável se o Governo, apenas por força de um lamentável tacticismo político,

não tivesse optado pelo discurso da "tanga", desmobilizando a capacidade empreendedora dos portugueses e lançando todo o país para uma profunda depressão colectiva. Era evitável se o Governo não tivesse, com absoluta mioopia, cortado o investimento público, levando a uma consequente retracção do investimento. Era evitável se o Governo não tivesse paralisado as obras públicas, parando o país e votando inteiras regiões ao imobilismo absoluto. Era evitável se o Governo não tivesse optado por transformar as áreas onde se joga o futuro de Portugal, a qualificação, a ciência, o ambiente em autênticas áreas de destruição maciça. Destraindo tudo o que de bom vinha sendo feito e, no seu lugar, deixando apenas uma enorme superfície de terra queimada. Era evitável se o Governo, em lugar de confundir reformas com apresentação de intenções genéricas, em aprazíveis cenários mediáticos, se preocupasse em governar e em traçar uma linha política, possível de descortinar por detrás da propaganda. Quinze meses depois é este Governo e os compromissos por ele próprio estabelecidos, nomeadamente há um ano, no mesmo estado da nação que têm de ser avaliados.

Mas, o trágico para os portugueses é que, para além do ruído, há uma mão-cheia de nada. Há um país deprimido, uma classe política cuja credibilidade está pelas ruas da amargura, famílias sem confiança, empresários que não investem, e, claro, como convém, um conjunto de articulistas que escrevem exactamente o contrário do que os portugueses sentem no seu dia a dia.

É aos governos que cabe governar e, essencialmente, ter capacidade de mobilizar vontades e fazê-lo de forma particularmente activa nos momentos difíceis, como aquele que vivemos. Mas, não. Este Governo, que fez uma campanha eleitoral a afirmar que Portugal ia crescer acima da média comunitária e que depois nos enviou para uma recessão profunda, não mobiliza ninguém. Pelo contrário, diz-nos agora que temos de esperar pela Europa. Os portugueses votaram para que Portugal fosse governado e não para ficar à espera da Europa e de alguma mirífica boleia. Os portugueses escolhem os governos para que estes tenham um projecto, uma ideia e para que envolvam o país neste processo.

Com um governo que governa, não para as sondagens, mas, sim, para os opinadores ociosos, cabe a nós, Partido Socialista, ser um factor de esperança e de mobilização. É esse o sinal que vamos continuar a dar por todo o país e com todos os militantes. Em Junho de 2003 podemos afirmar que Portugal podia e devia estar noutra estado e que o PS continuará a trabalhar com absoluto inconformismo face ao estado a que a nação chegou.

## Manigâncias contabilísticas (versão 2003)

Este governo insiste em confundir consolidação orçamental com receitas extraordinárias. Depois do perdão fiscal, das portagens da CREL e de outras manigâncias contabilísticas congéneres, está a ser preparada a versão *reloaded* do filme. Desta feita tudo aponta para que haja uma transferência dos activos do fundo de pensões dos CTT para a já debilitada Caixa Geral de Aposentações. Transferem-se agora os activos e chutam-se as responsabilidades da CGA, sempre crescentes aliás, para um futuro não muito longínquo. Espantoso que alguém ande a afirmar aos sete ventos que a saúde das contas públicas é uma garantia de futuro e faça exactamente o contrário. Diminuindo com estratégias o défice hoje, com isso tramando o presente e fazendo ainda pior ao futuro.

## O PEC: UMA ATRACÇÃO FATAL

*Os principais agentes penalizados são as pequenas e médias empresas, os empresários individuais e o pequeno comércio, que atravessam uma fase difícil nos seus negócios e dificilmente suportarão um encargo financeiro adicional de tal envergadura.*

Este Governo tem uma atracção irresistível (e fatal?) pelo PEC.

Com efeito, toda a política económica e financeira do Executivo de Durão Barroso se encontra subordinada à disciplina férrea do Pacto de Estabilidade e Crescimento na sua interpretação mais restrita e mais exigente.

As consequências que esta desnecessária atitude provocou na gestão corrente e no futuro dos negócios do Estado são evidentes e começam a produzir, de forma inelutável, os malefícios e desequilíbrios que, em muitos casos e por muitas pessoas e entidades, foram antecipados.

O nosso país é hoje aquele que na Europa sofre maior crescimento na taxa de desemprego sem que sejam visíveis sinais de correcção ou equilíbrio: a economia portuguesa foi a primeira da União em entrar em recessão (seja técnica ou completa); Portugal é o país onde, actualmente, se verifica a menor taxa de investimento no quadro europeu; enfim, Portugal é o país sobre o qual todas as instâncias internacionais credíveis formulam piores expectativas de crescimento e recuperação para os tempos mais próximos.

Ora, estas são consequências claras, concretas e inevitáveis da atitude fundamentalista assumida, desnecessariamente, pelo Governo português na aplicação das normas de convergência orçamental decorrentes do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Com a economia a revelar sinais tão evidentes de fragilidade e sobretudo uma ausência total de perspectivas credíveis de recuperação - o que será seguramente evidenciado no debate do Estado da Nação - o equilíbrio orçamental só poderia ser obtido por um corte indiscriminado de despesas (penalizando o investimento) e pelo aumento dos impostos de forma mais ou menos camuflada.

No que respeita ao corte das despesas de forma indiscriminada, penalizando sobretudo o investimento produtivo, só os próximos anos nos poderão dar a devida dimensão dos erros cometidos.

Devido aos erros cometidos, a taxa potencial de crescimento da economia portuguesa encontra-se hoje, comprometida e a política seguida, no que respeita ao investimento, acabará ainda por comprometer a boa execução do actual Quadro Comunitário de Apoio e as possibilidades de obter, no futuro, um envelope de apoios financeiros significativos nos próximos anos.

Por outro lado, no que respeita às receitas e confirmado (como seria de esperar) que a evolução da economia não pode ajudar muito, o Governo optou decididamente pelo aumento dos impostos.

Curiosamente, a diminuição da carga fiscal constitui um dos elementos chave das propostas eleitorais da actual maioria, não deixando seguramente de pesar no nível de apoio que lhe foi concedido pelo eleitorado.

Acréscimo também que, na situação actual da economia portuguesa, o que se torna mais necessário (e premente) é, indubitavelmente, a criação de condições de melhor ambiente económico para as empresas (onde o nível de tributação e os encargos sobre o factor-trabalho desempenham um papel importante) que lhes permita a criação sustentada do emprego.

É neste quadro que o Governo é irresistivelmente atraído pelo segundo PEC, ou seja pelo sistema dos Pagamentos Especiais por Conta que fragilizam os contribuintes e, muito especialmente, as pequenas e médias empresas.

Este sistema foi definido na Lei Orçamental de 2003 e tem vindo a ser regulado e aplicado por um conjunto de normas legislativas perfeitamente desarticuladas, totalmente controversas e, em certo sentido, contraditórias.

O que está em causa genericamente é o pagamento em Junho e Novembro próximos de duas prestações financeiras, no montante global de 1250 euros, que antecipam os impostos que as empresas serão obrigadas a pagar ou não no ano seguinte, face à evolução real dos seus negócios no corrente ano.

Sucedendo, contudo, que os principais agentes penalizados são as pequenas e médias empresas, os empresários individuais e o pequeno comércio, que atravessam uma fase difícil nos seus negócios e dificilmente suportarão um encargo financeiro adicional de tal envergadura.

Mais grave do que o regime em si mesmo é a indefinição absoluta sobre a sua regulação e nomeadamente sobre as condições efectivas de reembolso das importâncias pagas em excesso, face à real situação tributária dos contribuintes.

Quer dizer, lutando supostamente contra a evasão e fraude fiscais (o que em si, seria positivo) o Governo lança um imposto adicional que, basicamente, penaliza os sectores mais frágeis da economia, procurando assim obter receitas extraordinárias que supostamente com habilidades contabilísticas já anunciadas (integração do fundo de pensões dos CTT na Caixa Geral de Aposentações, por exemplo) possam contribuir para um resultado de equilíbrio financeiro, meramente formal, assumido, como compromisso, com a Comissão Europeia.

Num período em que a economia portuguesa, após um período significativo de estagnação, acaba de entrar em recessão, o Governo revela não ter rumo, não ter consciência e, sobretudo, não ter aprendido nada com as asneiras que cometeu no início do seu mandato e que tão graves consequências geraram para o nosso país.

A atracção pelo PEC (seja o Pacto de Estabilidade e Crescimento, seja o sistema dos Pagamentos Especiais por Conta) é, bem vistas as coisas, a prova provada do autismo, incompetência e insensibilidade social do actual Governo.



**MANUEL DOS SANTOS**

Visto de Bruxelas

# PARLAMENTO APROVA ESTATUTO DOS PARTIDOS EUROPEUS

"Um grande dia para a democracia europeia, porque nenhuma democracia pode existir sem partidos políticos", foi a forma como se exprimiu o eurodeputado socialista alemão Jo Einem a propósito da aprovação pelo plenário do Parlamento Europeu, realizado em Bruxelas, de uma proposta de regulamento sobre o financiamento dos partidos políticos europeus.

Intervindo também no debate deste diploma do Parlamento e do Conselho (a ser aprovado por co-decisão), também o eurodeputado Luís Marinho considerou que a aprovação de um instrumento deste tipo constitui "a primeira grande realização do arco institucional em que assenta a democracia europeia, abrindo a porta à conclusão do estatuto dos Deputados ao PE e dos Assistentes parlamentares, e de uma lei eleitoral uniforme para o Parlamento Europeu". Neste contexto, considerou que, de uma maneira geral, a transparência dos financiamentos e a atribuição de personalidade jurídica, foram as duas questões mais importantes tratadas pelo plenário.

Para que um partido político possa ser considerado europeu, precisa de estar representado no PE por deputados eleitos em pelo menos um quarto dos Estados-membros. Necessita ainda de estar representado em assembleias legislativas a nível nacional ou regional em pelo menos um quarto dos Estados-membros, ou então ter obtido um mínimo de 3 por cento dos votos expressos nas eleições



europeias mais recentes em um quarto dos Estados-membros.

Para efeitos de transparência, os partidos são também obrigados a publicar anualmente as suas receitas e despesas, bem como uma declaração sobre o activo e passivo. Os partidos terão de publicar uma lista com os doadores e os respectivos donativos, sempre que excedem os 500 euros. Por outro lado, não podem aceitar donativos anónimos, nem provenientes dos grupos políticos do PE, de organismos em que o Estado detenha uma influência dominante, nem donativos que excedam 12.000 euros por ano e por doador, quando concedidos por qualquer pessoa singular ou colectiva. O PE considera que devem ser admissíveis os donativos provenientes de um partido político nacional que faça parte de um partido político europeu, desde que não excedam 40 por cento do seu orçamento

anual.

As dotações atribuídas aos partidos políticos europeus serão geridas pelo Parlamento Europeu. As verbas previstas são de 8,4 milhões de euros por ano e serão repartidas da seguinte forma: 15 por cento a dividir, em partes iguais, entre todos os partidos cujo financiamento é aprovado, e 85 por cento entre os partidos que elegeram deputados ao PE.

O eurodeputado Luís Marinho considerou ainda que, juntamente com a questão do financiamento, outros aspectos deveriam ser considerados, como a atribuição de personalidade jurídica aos partidos, a clarificação da natureza dos seus recursos sujeitos a controlos de auditorias e a possibilidade de os partidos europeus utilizarem as suas verbas em actividades relacionadas com os partidos nacionais e a participação em campanhas eleitorais europeias.

## PAULO CASACA CONTESTA PRISÕES DE IRANIANOS EM PARIS

Uma delegação do Conselho Nacional da Resistência Iraniana foi recebida na semana passada pelo eurodeputado Paulo Casaca, altura em que aproveitou para divulgar uma carta ao presidente francês, Jacques Chirac, em que manifestava a sua "surpresa e choque" pela detenção, em Paris, de 159 iranianos, opositores ao regime de Teerão. Paulo Casaca considerou aquelas

detenções como "um dos factos mais lamentáveis da história recente de França" e apelidou de "falsas e ridículas" as acusações de terrorismo feitas contra aqueles opositores "da ditadura teocrática instalada em Teerão".

Recentemente, o eurodeputado foi um dos subscritores de uma declaração de membros do Parlamento Europeu de várias famílias políticas em que se defendia "um Irão democrático e livre", instando-

se o Conselho Europeu a pressionar Teerão a realizar um referendo sobre a instauração da democracia.

"Sete anos após a eleição de um chamado governo reformista, é agora claro para todos, incluindo os próprios iranianos, que nada mudou para melhor e que a democracia, os direitos humanos e a paz são fundamentalmente incompatíveis com o regime teocrático iraniano", afirmava a declaração.

## CÂMARA DE TERNI HOMENAGEIA SOARES

A Câmara de Terni, capital da Umbria, em Itália, prestou em meados de Junho, uma homenagem a Mário Soares, cerimónia assinalada com o descerramento de uma lápide na casa onde o eurodeputado, há 30 anos, escreveu no exílio o livro "Portugal Amordaçado".

Para o ex-Presidente da República, o regresso a Terni foi como voltar às origens da sua resistência ao regime de Salazar. "Para mim, nessa altura exilado, o livro foi um acto de denúncia e resistência contra o Governo e o primeiro

a fazer uma apreciação global do salazarismo, do colonialismo e do assassinato do general Humberto Delgado", afirmou.

Na cerimónia, na qual esteve acompanhado de sua mulher, Maria Barroso, e do professor Mário Ruivo, na altura representante de Portugal junto da FAO (em casa de quem ficou), estiveram presentes as mais altas individualidades administrativas da província e o bispo de Terni e ex-director da Comunidade de Santo Egídio, D. Vincenzo Paglia.

No final de Maio, o eurodeputado presidiu à abertura do "Forum Charlemagne sur l'Europe", em Aachen, Alemanha, onde proferiu a alocução "A Constituição da Europa". O eurodeputado abordou o futuro da União Europeia e falou da sua experiência como negociador da adesão de Portugal à Comunidade.

A iniciativa juntou diversas personalidades da vida política europeia e teve como ponto alto a atribuição do "Prémio Charlemagne" ao presidente da Convenção Sobre o Futuro da Europa, Valéry Giscard D'Estaing.

# REFORMA DA PAC É UM DESASTRE PARA A AGRICULTURA NACIONAL

Um verdadeiro desastre para a agricultura nacional, é como o Partido Socialista considera a reforma da PAC acordada no último Conselho de Ministros do Luxemburgo. O Grupo Parlamentar do PS quis mesmo apresentar um voto de protesto, mas a maioria de direita, mais uma vez, impediu a sua discussão em plenário.

Aquilo que foi apresentado pelo Governo como uma vitória, é para o PS uma enorme mistificação, já que todos os domínios em que o País tem vantagens competitivas e que representam cerca de 55 por cento do total da produção agrícola nacional, ficam de fora desta reforma.

"É intolerável e um verdadeiro atentado ao bom senso deixar de fora da reforma da PAC as frutas, os hortícolas, o vinho, a batata e as imensas riquezas regionais como o 'pata negra', as flores, o queijo da Serra, a péra rocha, o 'bravo esmofe' e outros", afirma o eurodeputado António Campos, acrescentando que todos estas produções não terão direito a um euro do total dos subsídios que rondam os 610 milhões de euros distribuídos anualmente aos agricultores portugueses.

Num protesto divulgado em comunicado pelo Grupo Parlamentar do PS, afirma-se que os resultados da negociação "confirmam, infelizmente, o erro de estratégia nacional portuguesa e defraudam as expectativas de todos



aqueles que esperavam que a rara oportunidade histórica se colocou, fosse aproveitada para reparar o injusto tratamento dado a Portugal pela PAC".

O mesmo tom violentamente crítico adoptou o ex-ministro da Agricultura do PS, Capoulas Santos, que acusou o Governo de, nas negociações da reforma da PAC, "averbar uma derrota histórica". "Desde a adesão de Portugal à CEE, esta foi a primeira vez que o País saiu com menos do que já tinha", afirmou, sublinhando, entre outras coisas, a flagrante perda, no futuro, de quotas de leite para os Açores.

Para Capoulas Santos, o ministro da Agricultura seguiu "uma estratégia suicida" ao aliar-se aos países contribuintes líquidos, como a França, a Alemanha e a Holanda, os quais "mais uma vez saíram a ganhar".

Com efeito, o eurodeputado António Campos, considera, por seu turno, que as estratégias seguidas pelo ministro Sevinate Pinto e pela Comissão Europeia, que recuou muito relativamente à sua proposta inicial de reforma, "estão carregadas de cinismo e a manipular a verdade".

Na sua opinião, não fazer a reforma que se impunha, tanto para Portugal como para a União Europeia, só se explica "porque se pretende ocultar uma teia de interesses opacos que existem por detrás

da PAC e que impedem de fazer uma análise verdadeira e objectiva sobre a verdadeira situação da agricultura e dos privilégios que ela alimenta".

O eurodeputado, que manifesta a sua preocupação quanto ao futuro da agricultura e dos agricultores portugueses, considera mesmo que a PAC anterior e a reformada é um maná "que alimenta milionários pagos com o dinheiro de todos os contribuintes europeus".

O aumento das quotas que o ministro Sevinate Pinto tem referido não passam de um logro, afirma António Campos, referindo que se trata de "um pretexto para desviar as atenções dos problemas que verdadeiramente afectam a agricultura nacional".

António Campos vinca que, entre os Quinze, o nosso País é aquele que tem a agricultura mais atrasada, que distribui os subsídios de maneira mais injusta e desequilibrada, financiando assim os sectores com menos aptidões e na proporção inversa dos prejuízos que, assim, provoca aos que apresentam maiores potencialidades.

O comunicado do Partido Socialista sublinha que o Governo falhou todos os objectivos a que se propôs na reforma da PAC e responsabiliza-o "pelas suas graves consequências económicas e sociais futuras".

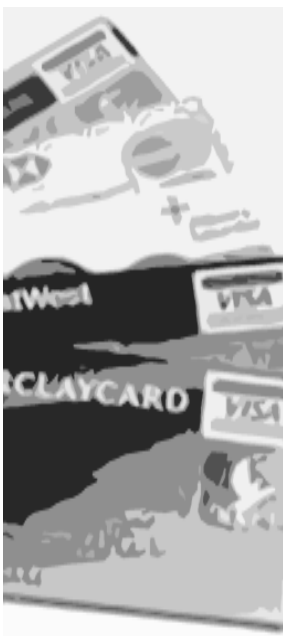
## EURODEPUTADOS DENUNCIAM

# BANCOS ABUSAM NAS TAXAS DOS CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO

Os comerciantes e os consumidores portugueses pagam valores "proibitivos" e "abusivos" pela utilização de cartões de crédito e de débito, substancialmente mais elevados do que nos restantes países da União Europeia, e três vezes superiores às taxas que são cobradas em França.

Para denunciar esta situação, os deputados Helena Torres Marques e Manuel dos Santos vão realizar uma audição pública, no próximo dia 14, na Assembleia da República, na qual estarão representadas as principais associações e entidades ligadas ao sector do comércio e serviços e organismos directamente ligados ao sistema de pagamentos através de cartão.

As comissões praticadas em Portugal de 2,5 por cento para os cartões de débito e de 4,5 por cento para os de crédito, são consideradas "proibitivas" e mesmo "abusivas" pela principal associação representativa do comércio e da distribuição em Bruxelas, a Eurocommerce. De referir que a situação era ainda mais grave, até 1 de Abril último, em que as taxas cobradas podiam ir até um máximo



de 3 por cento sobre as operações com cartão de débito e de 5 por cento para o crédito.

Helena Torres Marques considera que os valores praticados em Portugal são totalmente anómalos na União Europeia, onde se pretende que o mercado seja único e funcione plenamente no quadro das regras de concorrência. Segundo a eurodeputada, estas taxas são, além disso, injustificadas, já que essas operações são directamente levadas à conta do cliente, não dando lugar a qualquer empréstimo que justifique um custo percentual.

A situação é de tal forma inaceitável, que Helena Torres Marques já apresentou queixa à Autoridade para a Concorrência, ao Instituto de Defesa do Consumidor e à DECO, solicitando que seja averiguado se existe ou não abuso de posição dominante por parte da UNICRE, entidade que gere o sistema de pagamentos. A eurodeputada solicitou também ao Banco de Portugal que, na qualidade de órgão supervisor do sistema bancário, promovesse um estudo sobre o tema.

## MANUEL DOS SANTOS

# INSTITUIÇÕES ECONÓMICAS DEVIAM REFLECTIR SOBRE CRISE EUROPEIA



As instituições económicas europeias deviam reflectir bem sobre a verdadeira natureza da crise que actualmente a Europa atravessa, considerou o eurodeputado socialista Manuel dos Santos durante uma reunião da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu, que teve a presença do presidente do Banco Central Europeu, Wim Duisenberg. Manuel dos Santos aproveitou para fazer várias críticas à estratégia monetária seguida pelo BCE, por não a considerar adequada ao momento de crise actual em que "não é ainda visível a recuperação económica".

Neste contexto, considerou que a taxa de inflação de 2 por cento definida pelo BCE como ponto de

partida para a sua política monetária, não está em linha com o crescimento potencial da economia europeia. Na sua opinião, também pouco podem contribuir para a recuperação económica da União as alterações de políticas desenvolvidas pelo BCE, sobretudo por serem antecipadas pelos mercados.

De referir, por outro lado, que Manuel dos Santos foi nomeado relator-sombra para a análise que a Comissão dos Assuntos Económicos do Parlamento Europeu faz anualmente à implementação dos programas de estabilidade e convergência nos Estados-membros da União.

## SECRETÁRIO-GERAL

**Dia 2 Julho** - Ferro Rodrigues é recebido em audiência pelo primeiro-ministro da Turquia na Assembleia da República.

**Dia 3 de Junho** - O secretário-geral do PS intervém no debate parlamentar sobre o Estado da Nação.

**Dias 4 a 9 de Julho** - O líder socialista desloca-se ao Canadá onde visita as comunidades portuguesas residentes em Montreal e Toronto.

## SECRETARIADO NACIONAL

**Dias 11 e 12 de Julho** - Reunião descentralizada do Secretariado Nacional no Porto

## COMISSÃO POLÍTICA

**Dia 3 de Julho** - Reunião da Comissão Política no Largo do Rato.

## FEDERAÇÕES

### FAUL

**Dia 5 de Julho, 10h00** - Encontro de dirigentes da FAUL no Fórum Lisboa, com a presença do líder parlamentar, António Costa, e do secretário nacional para a Organização, Vieira da Silva.

### VILA REAL

**Dia 13 de Julho** - Festa da federação com a presença do secretário-geral do PS.

## CONCELHIAS

### S.JOÃO DA MADEIRA

**Dia 4 de Julho, 21h30** - Sessão pública sobre a situação política, com a presença de Augusto Santos Silva, no auditório do Sindicato dos Sapateiros.

## GABINETE DE ESTUDOS

**Dia 3 de Julho - 19 horas** - Reúne-se na AR o grupo de trabalho que se ocupa do dossier juventude.

## GRUPO PARLAMENTAR

**Dia 2 de Julho** - Os deputados socialistas deslocam-se ao aterro de Santo André, em Sines, para se inteirarem da situação dos resíduos industriais perigosos.

**Dia 8 de Julho** - Os parlamentares do PS visitam o Instituto Geológico Mineiro para tomarem contacto com os problemas causados pela integração forçada no INETI.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DAS MULHERES SOCIALISTAS

**Dia 14 de Julho, 18h00** - Na presença do secretário-geral, toma posse a nova presidente do Departamento Nacional das mulheres Socialistas, Sónia Fertuzinhos, na sede nacional do Largo do Rato.

## DELEGAÇÃO SOCIALISTA NO PE

**Dias 11 e 12 de Julho** - Reunião de deputados europeus no Porto com a presença de Baron Crespo, líder do GP/PSE.

**Dia 14 de Julho, 15h00** - Audição Pública de Helena Torres Marques e Manuel dos Santos sobre as taxas pagas pela utilização dos cartões de crédito, na Assembleia da República.

## ASSIS PROPÕE

# COMPROMISSO HISTÓRICO PARA DESENVOLVER REGIÃO DO PORTO

Francisco Assis defende um "compromisso histórico" entre os intervenientes políticos, sociais e económicos da região do Porto para criar um caderno reivindicativo que promova o desenvolvimento da Área Metropolitana.

"É fundamental que o Porto tenha uma voz clara no contexto da vida pública nacional para contrariar a marginalização da cidade", afirmou o líder da federação portuense, que falava num debate sobre "A Crise da Área Metropolitana do Porto" (AMP), promovido pelo PS e onde também participaram o presidente da Associação Comercial do Porto, Rui Moreira, e o edil de Matosinhos, Narciso Miranda.

No debate, o líder distrital afirmou que o diagnóstico da AMP é "muito cruel", quer no que toca ao que é hoje esta área metropolitana, quer no que se relaciona com os instrumentos legais de que dispõe para responder aos desafios com que se depara.

O "compromisso histórico", a ser apresentado à administração central, pertence, segundo Francisco Assis, à "terapêutica com algum optimismo" que considera necessária para curar a cidade e a sua região, mas não deve englobar apenas os dois principais partidos e sim "todo o tecido partidário e outros sectores da sociedade civil, como a Associação Comercial do Porto", em cuja sede, o Palácio da Bolsa, decorreu o debate.



### Renovação da vida política democrática

O combate à abstenção, o cumprimento das promessas eleitorais por parte dos políticos, e o fim da "cesarização" dos presidentes de Câmara, foram algumas das conclusões do colóquio sobre "Credibilidade/Descridibilidade da Política e dos Políticos no século XXI", promovido pelo Grupo de Estudos do Partido Socialista de Famalicão, que contou com a presença de Francisco Assis, presidente do PS/Porto e do líder do Partido da Nova Democracia, Manuel Monteiro.

O presidente da Federação Distrital do Porto afirmou não ser "um particular entusiasta dos mecanismos das

limitações de mandatos, principalmente para o secretário-geral", no entanto, concorda com uma renovação da vida política democrática "sem centrar a reflexão e a análise dentro dos partidos". Relativamente ao Poder Local, Francisco Assis lembrou que "compreende" bem os anseios dos autarcas, e considera que estes estão a ser vítimas de uma campanha "difamatória excessiva e injusta". "Porém, a meu ver há um grande problema nas autarquias um défice de participação nas nossas vidas municipais, défice de fiscalização por parte das forças de oposição e, hoje, as autarquias estão, excessivamente confundidas com a figura do presidente da Câmara Municipal", frisou.

## PS/MAÇÃO PROMOVE CICLO DE DEBATES

"O claro e o escuro da saúde no concelho de Mação" foi o tema do último debate promovido pela Concelhia do PS, no âmbito de um ciclo de conferências intitulado "Conversas da praça", que tem vindo a promover desde Fevereiro.

Nesta iniciativa, que contou com a participação da deputada Luísa Portugal e dos médicos Vítor Gaspar e José Luis Silva, foi posta a nu a falta de sensibilidade e de intervenção da autarquia na promoção da saúde no concelho e feita uma análise muito negativa das medidas do Ministério da Saúde.

Entretanto, a Concelhia do PS/Mação emitiu um comunicado à população, onde faz um balanço negro da gestão da câmara local. "Prometeram sete



milhões de euros de investimento, realizaram pouco mais de dois milhões", refere o PS, adiantando que, ao contrário do que foi avançado na

campanha eleitoral, não há mais indústrias, nem mais emprego, bem como também não há melhor qualidade da água nem no ambiente no concelho.



## CONCELHIA DE SILVES CONTESTA ENCERRAMENTO DO SAP

A Concelhia de Silves do PS manifestou a sua mais "profunda indignação" pelo possível encerramento do SAP de 24 horas no Centro de Saúde local, exortando a população a "estar alerta" contra qualquer tentativa para fechar aquela unidade de saúde.

Em comunicado, o PS considera ainda um "escândalo" o facto de a Unidade de Internamento do Centro de Saúde

de Silves, apesar de pronta há vários meses, continuar por equipar, lembrando, a propósito, que o Governo inaugurou recentemente a Unidade de Internamento de Tavira. É que, explicam os socialistas, ambas as unidades constavam do mesmo concurso público, adjudicado em Junho de 2001, durante a governação socialista.



## FEDERAÇÃO DE SANTARÉM DEFENDE CRIAÇÃO DE ÁREA METROPOLITANA PARA O DISTRITO

A Federação de Santarém do PS propôs que os municípios do distrito se constituam numa área metropolitana, de forma a "minorar as consequências de, aleatoriamente, os municípios se 'auto-organizarem' em comunidades urbanas, sem terem em linha de conta as realidades sociais, culturais e económicas endógenas, como parece ser a vontade do PSD".

Em comunicado, os socialistas escalabitanos consideram que ficaria assim salvaguardada, por um lado, "a identidade cultural" do distrito de Santarém e das suas populações e, por outro, no contexto de "uma competitividade regional, nacional e europeia desejável, estaria garantida uma maior qualidade de vida e desenvolvimento económico, facto que estará minorado com a alternativa da criação de duas pequenas comunidades urbanas".

Nesse sentido, a Federação do PS/Santarém "delega nos presidentes de câmara do distrito, eleitos nas listas do partido, a missão de sensibilizar para este assunto os seus colegas afectos a outros partidos para esta questão e de promover as diligências necessárias para se avançar com este objectivo fundamental para o distrito de Santarém".



A Federação Distrital de Santarém quer que os deputados eleitos pelo distrito inquiram o ministro da Administração Interna sobre o encerramento das esquadras da PSP de Torres Novas, Cartaxo, Ourém e Fátima.

### Socialistas contra encerramento de esquadras

Em causa está a decisão governamental de encerrar as esquadras em localidades com menos de 15 mil habitantes, remetendo para a GNR a responsabilidade pela segurança dos cidadãos nessas zonas.

Em comunicado, o presidente da Federação, Paulo Fonseca, contesta que "num tempo em que seria de toda a utilidade apostar no reforço da segurança dos cidadãos, o Governo, por meras razões economicistas, decida cortar despesas onde calha, sem qualquer estratégia e sem pensar nas consequências que daí resultam".

Paulo Fonseca recorda ainda que a construção de novos quartéis da GNR, em Pernes, Alcanena e Alpiarça, e da PSP em Abrantes, foi retirada do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.

## FAUL DEBATE CRIAÇÃO DE AUTORIDADES METROPOLITANAS DE TRANSPORTES



Organizada pela FAUL, decorreu na passada sexta-feira, 27 de Junho, na sede nacional do Largo do Rato, uma reunião sobre a criação das autoridades metropolitanas de transportes.

Uma das questões debatidas na reunião pelos deputados e autarcas dos

distritos de Lisboa e Setúbal foi a atribuição de competências às autoridades metropolitanas de transportes, de forma a obviar as sobreposições das competências atribuídas a municípios e a outros organismos da administração central.

O modelo de financiamento do sistema de transportes metropolitanos é outra das questões que os participantes querem ver esclarecidas, uma vez que a proposta do decreto-lei para a criação das autoridades metropolitanas de transportes não é esclarecedora nesta matéria.

## PS/COIMBRA TRAÇA QUADRO NEGRO DA ACÇÃO DA CÂMARA

O PS acusou a maioria e o presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Carlos Encarnação, de serem responsáveis pelo "quadro negro" em que o município se encontra ao fim de um ano e meio de mandato.

Em conferência de imprensa destinada a fazer um balanço de 18 meses da actividade da maioria que governa a autarquia, o vereador e líder da Concelhia do PS/Coimbra, Luís Vilar, afirmou que o Executivo camarário de direita e da CDU "não tem trabalho feito ou projectado para concluir nos quatro anos para que foi eleito", acrescentando que "o PSD limita-se a continuar a obra do Executivo anterior, liderado pelo socialista Manuel Machado, e a vacilar perante o actual Governo". Para o presidente da Concelhia do PS, o presidente de Câmara, "com o seu silêncio, permitiu, durante 18 penosos meses, que as obras emblemáticas para Coimbra ficassem adiadas: Ponte Europa, Hospital Pediátrico e Metro Ligeiro de Superfície".

## PS/MÉRTOLA ENALTECE APOSTA DA CÂMARA NA SAÚDE

A Concelhia do PS/Mértola congratulou-se com a recente aquisição pela câmara local de uma unidade móvel de saúde, que pôs ao serviço do concelho, "numa aposta clara nos cuidados de medicina preventiva, quer vacinando gratuitamente os idosos, quer fazendo diagnósticos de diabetes e colesterol, de que já beneficiaram mais de 3000 pessoas". Num comunicado, os socialistas de Mértola manifestaram ainda a sua satisfação pela colocação no concelho de mais dois médicos e três enfermeiros, e enaltecem as diligências feitas junto do Centro de Saúde e da ARS para que a população possa ter acesso a melhores cuidados de saúde.

### Encontro de dirigentes

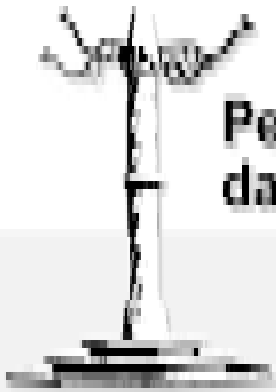
# FAUL

FÓRUM LISBOA  
5 DE JULHO DE 2003

### PROGRAMA

- 10.00h** Abertura dos trabalhos  
**Joaquim Raposo** Presidente da FAUL
- 10.15h** Análise da situação política  
**António Costa** Presidente do GP-PS
- 10.45h** Debate
- 13.00h** Almoço
- 15.00h** Análise de questões de ordem interna e organizativa do PS  
**Vieira da Silva** Secretário Nacional Organização do PS
- 15.30h** Intervenções
- 16.30h** Apresentação e discussão das Linhas Estratégicas de Acção da Federação e apresentação do Plano de Actividades do corrente ano.  
**Joaquim Raposo** Presidente da FAUL
- 17.00h** Debate
- 18.00h** Encerramento





## Pelourinho da República

«Coincidiu tudo. O descontrolo orçamental e um rol de escândalos: a Casa Pia, a Moderna, a Câmara da Amadora, Fátima Felgueiras, Cruz Silva. Isto não acontece por acaso. Tem origem numa certa falta de preparação da classe política que assumiu o poder depois do 25 de Abril.»

José António Saraiva  
*Expresso*, 21 de Junho

«Tenho as maiores dúvidas sobre se a RTP deve dar destaque a uma pessoa que pensa que tem um estatuto especial»

Morais Sarmento sobre a conferência de Imprensa de Fátima Felgueiras  
*idem*

«Consultei a biblioteca do congresso e não conheço manuais de jornalismo de serviço público.»

Resposta de José Rodrigues dos Santos  
*idem*

«Estive na fronteira do Paquistão. Se me aparecesse o Bin Laden, entrevistava-o com muito orgulho.»

Resposta de Judite de Sousa

«Tenho acompanhado muito o ministro da Cultura, porque o primeiro-ministro me tem pedido (...) Tem tido uma intervenção notável nos agentes culturais, que conseguiu reunir e fazer aceitar responsabilidades.»

Morais Sarmento  
*idem*

«Estou confortavelmente sentado. O meu objectivo é fazer com que em Portugal possamos ter um ambiente sadio.»

Amílcar Theias  
*idem*

«Diga ao senhor ministro que não pertencem à banda desenhada dele.»

Miguel Veiga para o secretário de Estado da Defesa  
*idem*

«O MNE foi o único ministério cujos dirigentes chegaram de autocarro. Pudera! É o que acontece com as multinacionais falidas.»

Declaração de um membro de um gabinete ministerial na apresentação da reforma administrativa  
*Expresso*, 28 de Junho

«Dá-me um gozo quase metafísico. Meter ali um português no meio do imperialismo espanhol.»

Marcelo Rebelo de Sousa sobre a ida de Carlos Queiroz para o Real Madrid  
*TVI*, 29 de Junho

### MONTIJO

## CÂMARA ELIMINA BARREIRAS ARQUITECTÓNICAS NA VIA PÚBLICA

A autarquia socialista do Montijo quer eliminar as barreiras arquitectónicas nos passeios e vias de acesso da cidade, para melhorar a acessibilidade da população com mobilidade reduzida, uma iniciativa inserida no âmbito do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência. A obra, que prevê o "rebaixamento de passeios em toda a cidade do Montijo, de forma a permitir o acesso de cadeiras de rodas e de pessoas com mobilidade reduzida", está orçada em 60 mil euros. Ainda segundo a autarquia, depois de um encontro com a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Motores do Montijo (APADMM), "foi elaborado um plano de mobilidade que prevê a criação de um espaço coerente na cidade e que permita interligações entre os edifícios públicos".



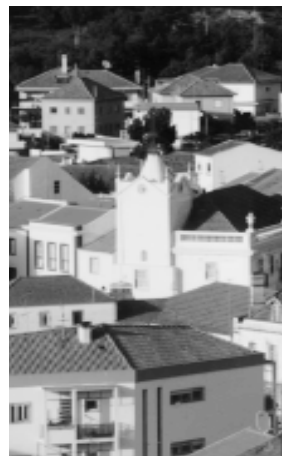
### ODEMIRA

## AUTARCA CRITICA FALTA DE MÉDICOS DURANTE ÉPOCA BALNEAR

O concelho de Odemira, cujas praias são muito procuradas durante os meses de Verão, é uma das zonas alentejanas onde existe uma grande carência ao nível dos cuidados de saúde.

Segundo o presidente da edilidade, o socialista António Camilo, existem "17 de freguesias servidas por 11 médicos durante o ano, apesar do centro de Saúde prever um quadro clínico de 23 clínicos", acrescentando que durante a época balnear, os cerca de 26 mil habitantes do concelho transformam-se em 60 mil.

"A extensão do concelho e a população envelhecida que temos já causam problemas todo o ano, em termos da prestação de cuidados de saúde, devido à carência de médicos. Imagine-se no Verão. É um aperto constante", disse.



### SINTRA

## PS EXIGE CUMPRIMENTO DO PROGRAMA POLIS

A Assembleia de Freguesia de São Marcos aprovou uma moção onde se "recomenda" ao município de Sintra que tome medidas destinadas a assegurar o "integral cumprimento do Programa Polis no interesse da população de São Marcos". No documento aprovado, os socialistas solicitam aos accionistas e, "em particular" ao Conselho de Administração da sociedade Cacém Polis, a construção do viaduto central sobre o IC-19 como estava inicialmente previsto, infra-estrutura que a Assembleia de Freguesia considera fundamental para a reestruturação da cidade de Aqualva-Cacém.

Entretanto, os socialistas da Junta de Freguesia do Cacém decidiram manifestar a sua "perplexidade e inconveniência" pelas notícias vindas a público segundo os quais o Governo tenciona aumentar o valor do passe social, indexando o mesmo aos rendimentos dos titulares.



Por outro lado, a Assembleia de Freguesia do Cacém reivindica que os caminhos de ferro voltem atrás na decisão de diminuir a frequência de comboios aos fins-de-semana e feriados.

### BORBA

## MUNICÍPIO APOIA ENSINO ESCOLAR

Continua com grande actividade a sala de estudo acompanhado que funciona desde Dezembro na biblioteca municipal de Borba.

Esta iniciativa da autarquia socialista tem como objectivo proporcionar a todas as crianças do 1.º ciclo do ensino básico do concelho, um espaço onde possam estudar e realizar os diversos trabalhos escolares.

Trata-se de uma medida que se insere na política educativa da autarquia e que visa combater o insucesso escolar, ao mesmo tempo que se apoiam as crianças mais desfavorecidas.

Com uma média diária de 20 alunos, esta sala está aberta todos os dias da semana com o horário de funcionamento de acordo com o da biblioteca.

### FAFE

## JUNTA EDITA LIVRO DE TESTEMUNHOS DA LUTA ANTIFASCISTA

A Junta de Freguesia socialista de Fafe apoiou a edição do livro "Desafectos ao Estado Novo - Episódios da resistência ao fascismo em Fafe", da autoria do historiador e poeta Artur Coimbra.

Para a elaboração desta obra o autor juntou algumas dezenas de resistentes locais que se destacaram na luta contra o fascismo. Com estes testemunhos e com a investigação de fontes documentais, bibliográficas e jornalísticas, construiu a obra que dedica a todos aqueles que "sacrificaram a própria vida e a liberdade para que Portugal viesse a tornar-se um país de Abril".

### ÉVORA

## MUNICÍPIO INVESTE EM INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA

Já abriu ao trânsito a nova Estrada das Piscinas em Évora, uma obra da responsabilidade da autarquia socialista com um custo de cerca de um milhão de euros.

Em comunicado, o município justifica o investimento com o intenso volume de tráfego automóvel e com o facto de ser uma zona bastante utilizada em percursos pedestres.

A via de acesso às piscinas da cidade, permite estabelecer a ligação entre a estrada de Arraiolos e a Circular às Murilhas/Ramo Oeste desviando o tráfego que se dirige para Montemor-o-Novo. Ao mesmo tempo foram também construídas nos passeios da avenida, ciclovias por forma a proporcionar um percurso de bicicletas nos dois sentidos.

# PROMESSAS A QUANTO OBRIGAS!!!

**É inadmissível que um cidadão que paga os seus impostos veja negado um pedido de marcação de consulta. Por muita gente que esteja na lista de espera, por muito tempo que falte para a realização da consulta, o cidadão não pode ser privado da marcação da mesma. É um direito que não lhe pode ser negado!**

Temos assistido na Comunicação Social à apresentação de números (in)compreensivelmente contraditórios, relativamente aos doentes nas listas de espera para uma cirurgia nos hospitais portugueses. Segundo dados revelados no jornal "Público", "até 30 de Abril terão sido contabilizadas para cirurgia pelo menos 77 mil doentes e não os 56 mil apresentados" pelo ministro da Saúde.

Por outro lado, ouvimos ainda um dirigente da Federação Nacional dos Médicos sustentar que "ao afirmar no ano passado que ia acabar com as listas de espera em dois anos, o ministro da Saúde optou por 'fechar as listas de espera' e 'quem tinha necessidade de entrar passou simplesmente a não ser contabilizado'".

Também todos nos lembramos da demagógica e ridícula afirmação de Durão Barroso na campanha eleitoral da últimas legislativas quando prometeu "não construir o aeroporto da Ota enquanto houver crianças à espera três anos de uma operação". Compreende-se, portanto, que o Governo tente arranjar todos os artifícios (e mais alguns) para demonstrar que o seu Programa Especial de Combate às Listas de Espera Cirúrgicas será(?) um verdadeiro sucesso. Vejamos outro exemplo dos métodos que estão a ser utilizados para dar essa ideia!

Depois de tentar marcar uma consulta (não uma cirurgia, é certo!) num hospital português, um amigo meu recebeu uma carta desse Hospital que dizia exactamente o seguinte: "Exmo. senhor; vimos por este meio informar que, em virtude da longa lista de espera na marcação das consultas de Gastroenterologia, o seu pedido de marcação de consulta fica sem efeito. Não vai portanto receber qualquer marcação para consulta desta especialidade. Sem outro assunto de momento, agradecemos a vossa compreensão. De V. Exa., Atentamente (assinatura ilegível)".

Ora, aqui temos duas questões importantes. Em primeiro lugar, é inadmissível que um cidadão que paga os seus impostos veja negado um pedido de marcação de consulta. Por muita gente que esteja na lista de espera, por muito tempo que falte para a realização da consulta, o cidadão não pode ser privado da marcação da mesma. É um direito que não lhe pode ser negado! Por outro lado, parece-me clara a intenção do hospital em causa, provavelmente com o aval do Ministério da Saúde, em camuflar a real situação. Deste modo, através da negação de consultas, é muito fácil reduzir as listas de espera. No entanto, não é honesto, não é justo, nem estatisticamente correcto usar este tipo de procedimentos.

É bom para a democracia que os políticos cumpram as suas promessas eleitorais! Agora, os métodos usados para o cumprimento das promessas terão que ser honestos, razoáveis e claros para todos! Os políticos não podem apenas dar a ideia de que a promessa está a ser cumprida! Os políticos devem, efectivamente, cumprir a promessa! O problema é que houve, de facto, muitas promessas que não poderiam ser cumpridas! E isso também não é bom para a democracia!!!

Por este andar estaremos qualquer dia a ver o Governo a impedir a inscrição dos desempregados nos Centros de Emprego para mostrar que a taxa de desemprego está a diminuir ou então a proibir a circulação dos automóveis nas estradas perigosas para demonstrar a redução do número de acidentes!!! Em democracia, meus senhores, não poderá valer tudo!!! Nem que algumas promessas tenham que ficar por cumprir!

**LUÍS MIGUEL FERREIRA**

S. João da Madeira

Correio dos Leitores

*Esta rubrica designada "Correio dos Leitores" está aberta a todos os militantes que pretendam enviar-nos os seus pontos de vista sobre questões que considerem relevantes. A direcção do "Acção Socialista" reserva-se o direito de ajustar a dimensão dos textos em função do espaço disponível. Os endereços são: [accaosocialista@ps.pt](mailto:accaosocialista@ps.pt) ou, por correio normal, para Partido Socialista, Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa*

(...) Apontar a Constituição como fonte de todos os males, razão do atraso estrutural do país, ou do próprio défice económico, só mesmo de alguns espíritos iluminados de matriz neoliberal, ainda que travestidos de social-democratas. Com efeito, se o progresso, o desenvolvimento estrutural e o crescimento económico dependessem de uma simples versão constitucional, de certeza que há muito a pobreza e a fome teriam sido erradicadas do Mundo, nem existiriam países subdesenvolvidos.

Aliás, nem sei como terá sido possível o tão apregoado desenvolvimento da RAM, face ao "empeçinho" da Constituição! Seria, até, interessante saber que grandes, ou pequenas, infra-estruturas (estradas, escolas, centros de saúde etc.) não se fizeram, ou medidas importantes não se tomaram por sua causa? E, já agora, que potência económica não seríamos hoje, não fora esse "malfadado" travão do Terreiro do Paço e arredores.

Mas já que o dr. Jardim quer uma nova Constituição propiciadora de progresso, desenvolvimento e riqueza, porque não aproveitar o ensejo do amigo Bush - nada de confusões com o seu progenitor, da trilateral mafiosa - e lhe pedimos uma cópia da Constituição americana, ainda que, no futuro, tenhamos que "engolir" a eleição de um Presidente com menos 500 mil votos que o opositor e alguma batota pelo meio?

No fundo, que importância terá se, em contrapartida, a nova Constituição nos transformar numa potência internacional de primeiríssima grandeza?!

Gil França

O Secretário-Geral do Partido Socialista convida-a (o) a participar no acto de apresentação do novo **Departamento Nacional das Mulheres Socialistas.**

Este evento será realizado no próximo dia 14 de Julho, pelas 18 horas, no Salão Nobre da Sede Nacional do PS.

**Contamos com a sua presença.**

  
Ferro Rodrigues  
Secretário-Geral

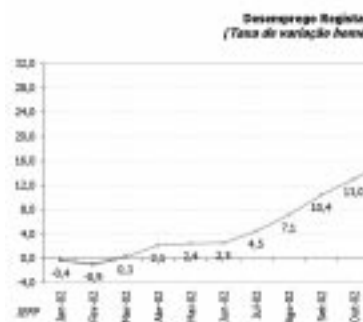
  
**Mulheres**  
Socialistas

**MULHERES SOCIALISTAS  
PELAS MULHERES PORTUGUESAS.**

# OS NÚMEROS DA CRISE ECONÓMICA E SOCIAL

## DESEMPREGO

MAIO 2003



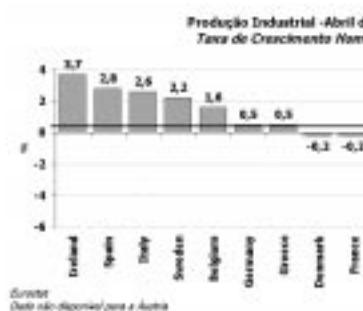
Há 15 meses consecutivos que o desemprego em Portugal não pára de aumentar. Em Maio, o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego ascendeu a 418.538 indivíduos: mais 91.918 que no ano passado (28,1%).

Destaca-se ainda o número de desempregados com o ensino superior que aumentou 44%: mais 9.394 indivíduos que em Maio de 2002.

## ÍNDICE DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL

UE – 15

ABRIL DE 2003



Em Abril, Portugal apresentou a maior quebra europeia de produção industrial, em relação ao mês homólogo do ano passado.

## SUGESTÕES

POR ISABEL PIRES DE LIMA

## URBANO TAVARES RODRIGUES: 50-80 ANOS DE VIDA



Por iniciativa da Cooperativa Árvore e das Edições Asa comemora-se no Porto, entre 1 e 4 de Julho, os 50 anos de vida literária de Urbano Tavares Rodrigues, os quais coincidem com os 80 anos de vida do autor.

Há que saudar ambos os promotores da iniciativa, que a ambos honra e, em especial, a editora Asa, que não sendo a tradicional editora de UTR, se associa duplamente à comemoração ao promover uma edição especial do romance *A Flor da Utopia*, com 15 ilustrações do pintor Rogério Ribeiro.

A vida de UTR tem sido uma vida longa e cheia, como cheia e longa é a sua vida literária: jornalista, romancista, ensaísta, professor, militante de múltiplas causas, ele tem sido um trabalhador incansável, produzindo uma obra de uma vastidão impressionante. Dos 71 livros que publicou, 37 são de ficção – conto, novela, romance – e os restantes espalham-se pelo ensaio, pela crónica e pelos livros de viagens. A literatura invade toda a sua vida e até a vida privada, visto que Maria Judite de Carvalho, porventura um dos nomes maiores da narrativa breve na segunda metade do séc. XX, foi sua companheira desde a juventude até à sua morte.

Estreia-se na ficção, em 1952, com *A porta dos limites* e continua ininterruptamente até ao mais recente romance *Nunca diremos quem sois* (2002). No ensaio, dedica muita atenção à literatura francesa (teatro e romance em especial) e, no caso da literatura portuguesa, interessa-o de modo especial a obra de Teixeira-Gomes, o movimento neo-realista, ao mesmo tempo que se mantém atento à literatura que se vai produzindo à sua volta, com uma enorme generosidade crítica e atenção aos mais novos.

As primeiras obras do autor revelam indelevelmente certos traços que marcarão toda a produção posterior:

- a matriz realista, que não se esgotará no neo-realismo, com o qual convive na denúncia da injustiça social mas a cuja ortodoxia estético-ideológica nunca se deixará prender;
- o espaço físico e antropológico do seu Alentejo natal, cujo espírito capta com uma

sensibilidade ímpar, o qual incorpora a sua escrita da paisagem, mesmo quando a paisagem em causa não é a alentejana;

- o alargamento da dimensão ética da escrita ao domínio das relações humanas, a que o conduz o contacto com o existencialismo;

- a sobrevalorização da componente erótica da existência alçada à dimensão de uma religião, porventura a única capaz de efectivamente ligar os seres humanos ou definitivamente os afastar, pela proximidade permanentemente evocada entre amor e morte;

- uma constante atenção à condição da mulher e à sua especial força transformadora muitas vezes afirmada de forma subliminar.

*Bastardos do sol* (1959) foi a obra que lhe trouxe um claro êxito editorial e constitui uma pedrada no charco do romance português da época ao interligar a denúncia das formas de violência colectiva às da opressão individualmente experimentada e da angústia solitariamente sofrida. *Imitação da felicidade*, de 1966, é também uma das suas obras de referência, ao apreender em clima de intenso dramatismo o desencontro entre os seres humanos, numa atmosfera social desencantada e dominado pelo medo. Já em *A vaga de calor*, de 1986, assiste-se à construção de uma alegoria em torno de uma espécie de epidemia, provocada por uma inusitada canícula, que se apodera do corpo e da alma dos desnorreados habitantes de uma cidade sem norte. Sete dias ela dura, tantos quantos Deus precisou para criar o mundo, tantos quantos são precisos para construir a alegoria da sua morte. Por fim, uma referência a *Deriva*, um romance de 1993, que explora a ideia de deriva inerente à nossa condição de cidadãos de um mundo que perdeu velhas utopias e procura outras âncoras.

Quatro romances de UTR, distantes no tempo, mas dando corpo, qualquer um deles, às constantes acima referidas. Quatro propostas para visitar ou simplesmente descobrir UTR nos 80 anos de vida de um homem encantador ou nos 50 de um escritor sempre sedutor.

Acção  
**Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt  
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval  
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33  
DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal  
ou para accaosocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o